



MAX ERNST, CHEMICAL NUPTIALS, 1974

DISPUTAR PRA VALER!

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

O cenário hoje mais provável para a disputa eleitoral de 1998 é que a candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso unifique os principais setores da burguesia. A direita tem seu programa, direção e hegemonia bem definidas. Do outro lado, a candidatura de Lula é a que tem mais condições para afirmar-se como alternativa na disputa. Avançar neste sentido é o grande desafio colocado para o PT e a esquerda.

UNIFICAÇÃO DA BURGUESIA

A campanha de 1998 começa com fortes indicações de uma grande unificação política da burguesia em torno à FHC. Já temos evidências claras neste sentido, como o acordo entre o ex-prefeito da cidade de São Paulo, Paulo Maluf, e o presidente. Maluf já defende o apoio à reeleição de FHC.

Mas duas razões de maior profundidade ajudam a compreender o peso da iniciativa de reeleição do atual presidente. A primeira é que FHC representa um grupo político alinhado e servil aos interesses dominantes na política e na economia ao nível internacional. Ele é parte fundamental da direção política das elites brasileiras, que já completaram seu movimento de completa subordinação ao imperialismo.

A segunda tem a ver com os graves

riscos que se colocam para a economia brasileira sob a estabilização com âncora cambial, num quadro de instabilidade internacional. Nesta conjuntura, a atitude da direita foi a de atuar segundo o lema "arriscado com FHC, pior sem ele". Ela cerrou fileiras na reeleição e respaldou as medidas recessivas. O amplo campo do neoliberalismo tende a se unificar nacionalmente e circunscrever suas disputas às eleições para governadores dos estados e senadores.

Estes elementos vêm condicionando, até agora, o terreno político. É isso que explica o esvaziamento das tentativas de articulação de uma alternativa de "centro-esquerda". A candidatura de Ciro Gomes, desprovida de força partidária, não decolou. E parece ser pouco provável o lançamento de uma candidatura do PMDB, dividido entre os que já negociaram o apoio à reeleição (os governadores) e os que ainda negociam com FHC o apoio (Itamar, Sarney, Requião).

Isto, no entanto, não é suficiente ainda para afastar das hipóteses de evolução da conjuntura que – caso tenhamos um eventual agravamento da situação econômica e política do país – uma candidatura no campo do neoliberalismo, seja fortalecida e passe a receber apoios de setores burgueses relevantes, defendendo alterações parciais no projeto de FHC.

CONTINUA NA PÁG. 3

Encontro extraordinário do PT

O Encontro Nacional Extraordinário do PT (13, 14 e 15 de março, em São Paulo) oficializará a candidatura Lula 98 e a aliança nacional com o PDT e o PC do B. Provavelmente deixará em aberto a possibilidade de aliança com o PSB. O PT está credenciado para liderar a esquerda. Nosso partido apresenta-se com força para ser alternativa de governo.

Se em 94 a principal força da campanha era o prestígio de Lula, em 98 nossa força pode residir numa aliança política e social que se articula em vários estados. Uma aliança baseada num programa de denúncia do modelo vigente e a ele antagônico. Uma disputa política que reacenda a perspectiva das grandes maiorias chegarem ao governo para começar a mudar o país.

Em 1998, conhecemos FHC e ele está mais fraco. É reeleição, tem a máquina, tem muito dinheiro, tem o monopólio dos meios de comunicação e a aliança conservadora se ampliou com a adesão da maioria do PMDB. No entanto, paira sobre FHC um espectro de crise. Podemos demonstrar com a credibilidade de quem fez oposição

ao projeto tucano/pefelista desde o primeiro dia de governo. Com FHC não haverá futuro para a maioria do povo.

As privatizações começam a mostrar sua verdadeira face com a falta de energia elétrica no Rio de Janeiro. O Real está supervalorizado em relação ao dólar. Os juros já ultrapassaram o teto imaginável. A recessão campeia solta. Desempregados e levas de sem-nada ocupam as ruas das grandes cidades.

A hegemonia no interior da frente e o perfil da campanha são processos abertos. No PC do B, no PDT e no próprio PT tem muita gente ainda amarrada na tese da centro-esquerda – isso para não falarmos no PSB.

Para disputar pra valer, fortalecer o campo democrático e popular e ser alternativa concreta é preciso plena consciência de que o lugar do PT é à esquerda. É só aí que poderemos representar a imensa maioria da nação.

JOAQUIM SORIANO, SECRETÁRIO NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO PT



FERNANDO BOTERO

NESTA EDIÇÃO

IGNACIO RAMONET DEBATE AS ALTERNATIVAS NA LUTA CONTRA A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA
PÁGINAS 8 E 9

SAMUEL VIDA, JORGE MACEDO E ÁLMIRA MACIEL EXAMINAM AS RELAÇÕES ENTRE ESQUERDA E O MOVIMENTO NEGRO
PÁGINAS 11 E 12

LIBERDADE SINDICAL?

Gustavo Cotas analisa as mudanças que podem advir da aprovação da Convenção 87 da OIT com a contra-revolução das relações trabalhistas promovida por FHC

PÁGINAS 5 E 6

Nos 20 ANOS

EM TEMPO FAZ 20 ANOS

Na próxima edição, coincidindo com o número 300, estaremos comemorando os vinte anos de existência do *Em Tempo*. Após vários números experimentais, o número 1 do então semanário saiu no dia 23 de janeiro de 1978. Em nossa edição 300 contaremos algumas das histórias destes vinte anos de vida.



20 ANOS DO EM TEMPO

Os 20 anos do jornal *Em Tempo* começaram a ser comemorados, em Porto Alegre, com duas atividades: um ciclo de debates e um jantar de confraternização. Nos dias 13 e 14 de janeiro tivemos as palestras de Charles-André Udry, economista suíço e dirigente da IV Internacional, sobre os temas *O marxismo hoje e Globalização e América Latina*, onde contamos com a participação de Ernesto Herrera, dirigente do PST do Uruguai e da IV Internacional.

Os debates foram realizados no auditório do PT municipal e reuniram uma média de 60 pessoas em cada noite. Já no dia 28 de janeiro houve um jantar de confraternização, na Cantina da PUC, que reuniu 140 "jovens" e "velhos" apoiadores do *Em Tempo* no Rio Grande do Sul. Assinantes históricos e militantes recém-chegados participaram da homenagem, que teve como "mestre de cerimônia" o antigo responsável pela sucursal do jornal no estado nos idos de 1970 e 80, Raul Pont, o atual prefeito de Porto Alegre. Raul leu e comentou para os presentes, a lista dos "acionistas" da sucursal gaúcha do *Em Tempo* de 20 anos atrás. Enquanto muitos nomes (inclusive alguns que não estão mais conosco) foram saudados com aplausos, a menção de outros algumas vezes levou a platéia às gargalhadas, devido a suas trajetórias políticas. Foi bem divertido.

A propósito, ficamos de nos encontrar nos 25 anos do *Em Tempo*!

Eduardo Mancuso

Insurgente

O PT de Porto Alegre lançou neste início de 98, *Insurgente*, uma revista "de crítica e democracia participativa".

A revista é quadrimestral e distribuída à militância petista porto-alegrense, em dia com a contribuição financeira, mas está à disposição de todas e todos que desejem assiná-la ou adquiri-la.

Artigos, ensaios e entrevistas (Michael Lowy, Emir Sader, Marta Harnecker, entre outros) compõe este primeiro número da *Insurgente*, inteiramente dedicado ao guerrilheiro heróico, Ernesto Che Guevara.

A assinatura anual da revista custa R\$ 10,00. Para assinar é só enviar che-

Insurgente



que nominal e cruzado para o PT-Porto Alegre: Av. João Pessoa, 785 CEP 90040-000 - Porto Alegre - RS Fone (051) 224-3709 E-mail: pt-poa@portoweb.com.br

Momento de visibilidade

Nos dias 9 e 10 de dezembro foi realizada, na Câmara Municipal de São Paulo, a 1ª Conferência de Direitos Humanos. Ela contou com a participação de cerca de 120 entidades da sociedade civil, representadas por mais de 600 pessoas, concluindo uma discussão desenvolvida durante todo o ano de 1997, onde se esboçou o diagnóstico e as propostas para a cidade.

A voz dos discriminados, oprimidos e excluídos de São Paulo ressoara o tempo todo. Participaram os representantes das crianças e adolescentes, das mulheres, negros, homossexuais (gays, lésbicas), travestis, indígenas, artesãos esconçados da Praça da República, terceira idade, profissionais do sexo, sindicalistas, ONGs que combatem a Aids, movimentos de saúde mental, moradia, educação, saúde, portadores de deficiência, migrantes e imigrantes.

O Fórum Municipal de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos saiu fortalecido e disposto a criar uma agenda de direitos humanos capaz de resgatar a história de luta desta cidade. Reafirmou-se a idéia de os direitos humanos terem caráter universal e indivisível.

Entre as principais resoluções estão: formular o Plano Municipal de Direitos Humanos e ter o Fórum de Entidades como o principal meio para acompanhar a sua implantação; organizar um calendário de atividades, estabelecendo um cronograma de ações e manifestações que garantam a participação dos segmentos de discriminados; adotar o slogan "Sem direitos de todas e de todos, não há direitos humanos nem democracia", aproveitando o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1998).

Sem dúvida, a conferência foi um momento de visibilidade daqueles e daquelas que constroem cotidianamente São Paulo. E que, mesmo assim, não são reconhecidos pela elite governante que, com seus atos, fere a dignidade humana, os direitos e a cidadania.

MORREU CASTORIADIS

O filósofo e psicanalista Cornelius Castoriades, um dos intelectuais mais importantes da França, morreu no dia 26 de dezembro de 1997, aos 75 anos de idade. Grego de nascimento, ele chegou à Paris em 1945, como participante da Quarta Internacional e anima a revista *Socialismo ou barbárie*. Rompe com o trotskismo e desenvolve um esforço de análise da sociedade soviética. Em 1968, publica com Edgar Morin e Claude Lefort, *Mai de 68, abrecha*. Sua obra fundamental, *A instituição imaginária da sociedade*, foi publicada em 1975. Desde 1978, seus livros vêm sendo agrupados numa série intitulada *As encruzilhadas do labirinto*. Seu pensamento não tinha perdido a ambição de refletir sobre o mundo em sua globalidade e sempre teve na emancipação humana seu fio condutor.

A aposta revolucionária

Daniel Bensaid acaba de lançar mais um livro em seu esforço de releitura crítica do marxismo. *A aposta melancólica - Le pari mélancolique* (Paris: Fayard, 1997, 300 páginas). Trata-se, muito mais do que *Marx o intempestivo* e *A discordância dos tempos*, de uma abordagem diretamente política do marxismo. Analisa como a globalização capitalista do mundo afeta a biosfera e os valores mercantis são incompatíveis com a lógica da natureza e da vida; como a globalização e o universalismo mercantil provocam uma reação defensiva irracional, os pânicos de identidade; como o internacionalismo e a concepção revolucionária de cidadania são a melhor resposta aos nacionalismos tribais e aos imperialismos. E recupera de Pascal a idéia da aposta melancólica, que não pode ter nenhuma garantia de vitória, para definir o engajamento revolucionário na mudança do mundo. Aposta que é, todavia, necessária, para construir uma utopia como resistência à catástrofe global.

FEVEREIRO 1998

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550 Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA SÃO PAULO/SP CEP 01151-000
FONE (011) 3667-3476 E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP). EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, JOAQUIM SORIANO, ÍTALO CARDOSO, RITA ARAÚJO, CACO BISOL E MÁRCIA RAMOS.

TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL

DISPUTAR PRÁ VALER!

O outro marco importante na campanha de 98 é a definição pelo PT da candidatura de Lula, rejeitando subordinar-se a uma candidatura de "centro-esquerda". Este posicionamento, como se sabe, não foi consensual, mas obtido sob forte pressão da esquerda do partido. E foi processual: começou no 11º Encontro Nacional e prosseguiu no Diretório Nacional com o lançamento de Lula e com a progressiva definição de alianças. Ele pode caminhar — a depender das decisões políticas do PT — para configurar Lula com o perfil de uma candidatura de esquerda.

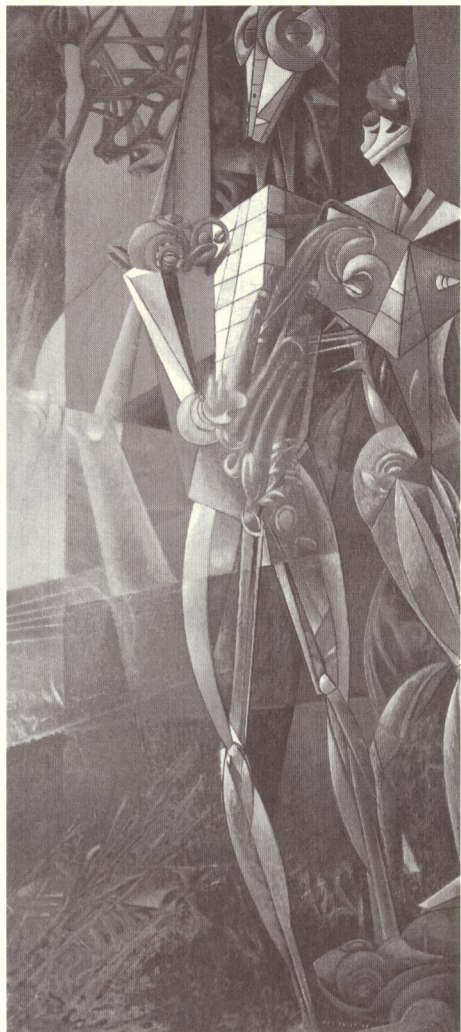
Mas ainda faltam várias definições para que este projeto de consolide e ganhe condições de enfrentar a disputa contra Fernando Henrique. Um aspecto disso são as definições programáticas e eleitorais do próprio partido. Outro é a capacidade do PT exercer hegemonia sobre o conjunto de setores que podem apoiar a candidatura Lula.

SITUAÇÃO MAIS FAVORÁVEL DO QUE EM 1994

O que se pode prever para a evolução da situação nacional, ao longo de 1998, aponta um quadro mais favorável para a disputa política, quando comparado ao que prevaleceu nos três anos do governo de FHC. É mais favorável mesmo em relação às eleições de 1994, se descontarmos o que havia então de ilusões na esquerda.

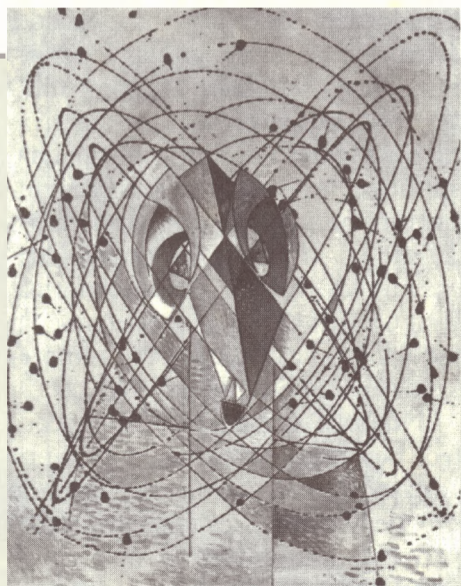
O país vive um processo recessivo, consequência das medidas adotadas pelo governo federal. Como estas opções estão comandadas pelo quadro internacional o processo recessivo no Brasil deve continuar ou mesmo piorar. A margem de manobra para sustentar a estabilização foi bastante reduzida. Ao mesmo tempo, isso vem trazendo desgaste social e uma maior percepção da vulnerabilidade externa a que o país foi conduzido por FHC.

Nada disso, por si só, é capaz de alte-



rar politicamente o quadro nacional. Mas o espaço para uma alternativa de esquerda aumentou bastante em relação ao momento anterior. As consequências da situação econômica, porém, apenas podem nos fazer rechaçar uma linha economicista para a campanha. Ela não é capaz de articular uma alternativa global e nem de resgatar a confiança política de vastos setores sociais em um projeto de esquerda.

O nível de mobilização social não passou por uma alteração substantiva, ficando por conta do MST a honrosa exceção. Mas também nesta questão decisiva podemos ter mudanças. Crescem os problemas para a coalizão neoli-



se propor a incorporar reivindicações e aspirações populares, apontando para um governo alternativo ao da burguesia.

2. Tanto em 1989 como em 1994 nossas propostas foram articuladas por três grandes vertentes: a soberania nacional; a democratização da propriedade e da renda; e a radicalização da democracia, opondo-a à dominação de uma minoria. Devemos, a partir destes eixos, atualizar a proposta de uma radical alteração política do país.

3. Começa com a recusa da idéia de que há um processo inevitável de "glo-

beral: assistimos ao aprofundamento da crise financeira do Estado, do plano municipal ao federal; as privatizações começam a mostrar seus resultados perversos (como no caso do Rio de Janeiro). Frente a isso os protestos — que ainda são espontâneos (como no Rio) ou localizados (como no ABC) — tem um evidente potencial para se desenvolverem.

RETOMAR A PERSPECTIVA DE 1989

Uma alternativa política é definida em um processo de confrontação de posições na sociedade. Mas não é uma simples decorrência do conflito. Ela tem que se definir socialmente: quem quer representar, contra quem quer lutar. E politicamente: qual projeto de poder, qual perspectiva programática. É claro que o alcance destas definições depende da correlação de forças, mas seu conteúdo social e político é uma opção conscientemente assumida.

A terceira candidatura presidencial de Lula é parte de uma trajetória política, da qual devemos, agora, tirar lições e resgatar o que há de mais positivo.

Os três momentos — 1989, 1994 e 1998 — representam diferentes situações políticas. Em 1989 vivíamos o que chamamos de crise nacional. Neste momento apontamos, com a campanha de Lula, a perspectiva de uma transformação socialista do poder. Conseguimos expressar, na disputa eleitoral, a polarização política e social.

Em 1994 estávamos frente a um processo de superação desta crise por parte das classes dominantes. As tensões e os movimentos mais amplos na sociedade já não se acumulavam a nosso favor. Não soubemos, como partido, compreender esta situação. Nosso programa, apresentava-se moderado. Não fomos, tampouco, capazes de utilizar as eleições para nos prepararmos para enfrentar o momento seguinte, de ampla hegemonia neoliberal.

Hoje temos pela frente uma hegemonia neoliberal com problemas. A classe dominante conseguiu impor du-

balização" que obriga a uma adaptação de todos os países a determinadas regras. Na verdade, o processo chamado de "globalização" é muito melhor descrito como reforço da internacionalização e da concorrência na economia mundial como consequência da desregulamentação".

Disto decorre uma postura nas relações externas radicalmente distinta da que os diversos governos — inclusive os social-democratas — vêm mantendo. O interesse nacional deve ser recolocado num primeiro plano. E mais enfatizado ainda deve ser o interesse social, isto é, do interesse do povo. Estes interesses não se harmonizam com os dos "mercados". A abertura da economia deve ser, portanto, revista. Alguma liberalização comercial pode ser útil; mas a liberdade para os movimentos de capitais é contrária aos interesses nacionais e sociais.

A busca sôfrega de "investimento" externo deve ser substituída pela criação de condições internas de investimento, onde eventuais investimentos externos podem ter um papel complementar e secundário. E não pode ser nosso objetivo qualquer inserção nesta ordem mundial. Nosso objetivo só pode ser outra ordem mundial, construída a partir dos interesses dos povos, e não dos interesses dos "mercados".

4. Frente à riqueza de poucos, à grande propriedade, devemos opor a reforma

A POSSÍVEL POLARIZAÇÃO ELEITORAL ENTRE LULA E FHC DEPENDE DE APRESENTARMOS UM PROGRAMA DE ESQUERDA, CAPAZ DE CATALIZAR E IMPULSIONAR A MOBILIZAÇÃO POPULAR.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

ras derrotas aos trabalhadores e reduziu as dissidências burguesas. Mas ela não tem o firme controle da situação. Sua estabilidade depende de fatores que não controla.

Do nosso lado temos uma alternativa de esquerda com problemas, pouco definida e pouco decidida. Nesse sentido, a disputa de 1998 é uma oportunidade histórica de retomar a perspectiva de um projeto político que foi interrompida depois de 1989.

Frente a este quadro, as tarefas políticas do PT são definidas pelo objetivo de transformar uma possível polarização eleitoral FHC x Lula em polarização social e programática. Duas tarefas centrais se destacam:

- contribuir para que mais setores se mobilizem, avancem no sentido de uma plataforma comum em oposição ao governo FHC e que a campanha Lula seja um canal de expressão destas lutas;
- avançar na definição de uma alternativa global de esquerda, o que implica, ao mesmo tempo, na conquista da hegemonia no interior da frente em torno à campanha Lula.

Se não conseguirmos responder a estes desafios, nossas chances serão reduzidas. Por outro lado, se formos bem sucedidos, poderemos consolidar e avançar nossas possibilidades eleitorais, criando as condições para, do ponto de vista da esquerda, transformarmos a eleição presidencial de 1998 em uma disputa para valer.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

ATUALIZAR NOSSO PROGRAMA

Retomar, do ponto de vista programático, a experiência de 1989 não significa repeti-la em um contexto político diferente. Mas atualizar e prosseguir aquela visão programática. Assim podemos propor os seguintes pontos:

1. Como em 1989 devemos assumir a representação dos interesses sociais dos "de baixo", contra "os de cima". Mais do que isso, todos os setores que queremos representar devem poder se expressar através da campanha, ao lado de proporções que todos assumam a campanha de Lula como a "sua" campanha. Acima de qualquer outra, esta deve ser a característica da nossa campanha, o que é uma definição profundamente antineoliberal: trata-se de recompor a identidade social e a unidade dos explorados, oprimidos e excluídos. Isto, é claro, tem implicações na forma de organizar a campanha, de tomar decisões e de organizar nossa proposta programática.

Mais uma vez recorrendo à experiência de 1989, devemos definir diretrizes programáticas e não um plano de governo (como o de 1994). Estas diretrizes devem

agrária e um conjunto de reformas (tributária, educacional, redução da jornada de trabalho e a democratização da vida econômica) que visem atacar a riqueza e a propriedade oligárquicas e constituir uma economia nacional com pleno emprego e distribuição de renda e propriedade.

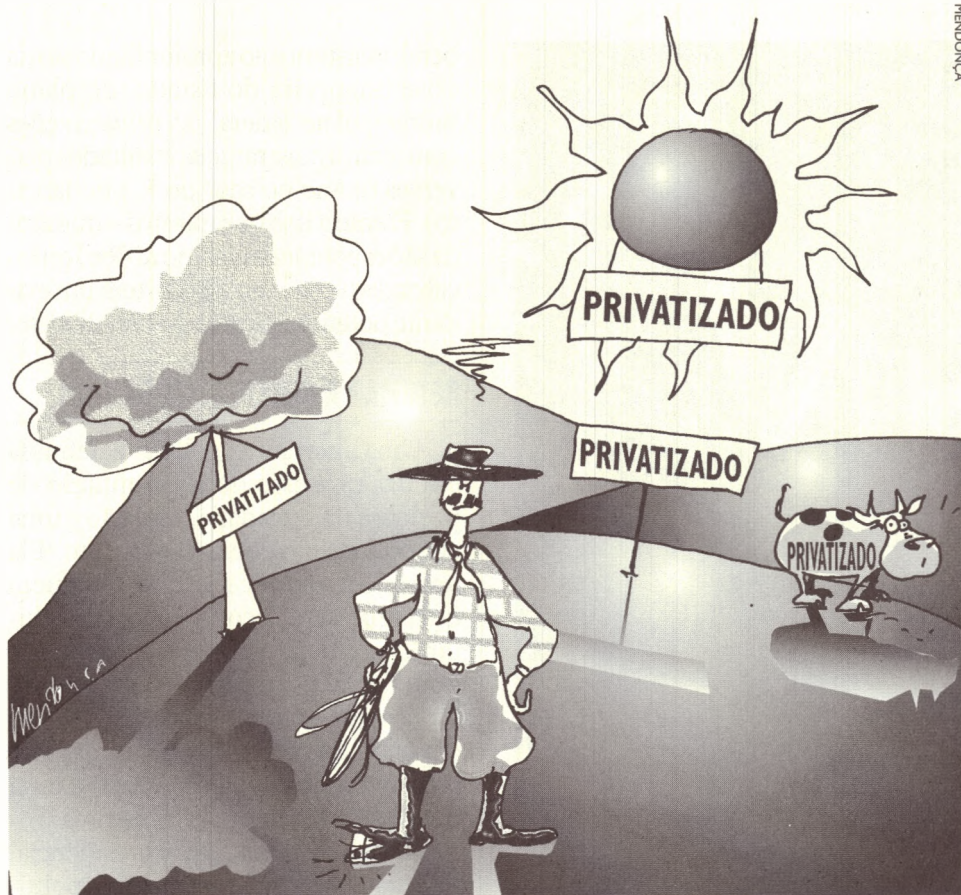
5. Como falamos desde 1989, é necessário desprivatizar o Estado, submetê-lo ao controle popular. Reforçar seu papel de prestador de serviços básicos para a população e de responsável pela solidariedade social. A seguridade social, os direitos sociais devem ser ampliados, e não reduzidos. O funcionalismo público deve ser valorizado, e não estigmatizado. A capacidade de investimento público deve ser recuperada. No lugar de privatizar os bancos públicos, é preciso recolocar em discussão a conveniência de estatizar o sistema financeiro.

6. As classes dominantes depois de 1989 procuraram, sepultar a perspectiva de uma transformação radical do poder no país. Seu domínio é cada vez mais o domínio do mercado e do grande capital, sobretudo do internacional. Resgatar a consciência da luta pelo poder para os trabalhadores e a maioria do povo, pela democracia com participação direta e com meios de controle social sobre as instituições, é a grande tarefa política desta campanha.

BRITTO QUEBROU TODOS OS COMPROMISSOS DE SUA CAMPANHA QUANTO ÀS ESTATAIS. E AINDA VAI DEIXAR UMA DÍVIDA DE R\$ 25 BILHÕES PARA O POVO GAÚCHO PAGAR.

MIGUEL ROSSETTO E ELVINO BOHN-GASS

O PAMPA PRIVATIZADO



Um dos episódios marcantes da campanha de 1994 no Rio Grande do Sul foi a denúncia de Antônio Britto de que o PT havia constituído uma central de boatos destinados a caluniar sua candidatura. Os boatos relacionavam-se à "suposta intenção de Britto" de privatizar a CEEE (companhia de energia do estado) e a CRT (companhia de telecomunicações). Este fato foi alvo de cartas de Britto a todos os funcionários destas estatais, objeto de programas eleitorais e tema de debate na televisão. Em todas as oportunidades Britto reafirmava o "caráter mentiroso de tais boatos" e garantia jamais privatizar estas empresas.

Agora, passados pouco menos de três anos do seu governo, Britto se encarregou de confirmar cada um dos seus detratores imaginários, oferecendo ao povo gaúcho a oportunidade de experimentar o sabor amargo de mais um capítulo da modernidade neoliberal: a mentira e o embuste transformados em instrumento de governo, justo num estado em que até bem pouco tempo ainda predominava a ética da palavra empenhada, em que o "fio do bigode" valia mais do que documento assinado em cartório.

Torna-se claro agora que, numa trama fantástica e surreal Britto inventava conspirações que, passo a passo, se encarregava ele próprio de confirmar.

O DESMONTE E O ENTREGUISMO

A cronologia do entreguismo no Rio Grande do Sul confere destaque ao mês de dezembro de 1996. No início do mês, 35% das ações da CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações - foram vendidas para um consórcio liderado pela RBS, a maior empresa de comunicações do sul do país. Aos novos sócios, tocou o setor de maior faturamento da empresa, a chamada banda B. O leilão ocorreu logo depois que a CRT realizou, com recursos públicos, pesados investimentos na ampliação da capacidade de prestação de serviços (novas centrais de telefonia convencional e celular, pesados investimentos na rede de fibras óticas, etc.). Produziu-se assim um verdadeiro milagre da eficiência da iniciativa privada: imediatamente após a privatização e sem qualquer aporte novo de capital, a oferta de telefones tornou-se praticamente ilimitada... Poucos dias depois da privatização, uma denúncia anônima permitiu que a população gaúcha tomasse conhecimento de outro

grande golpe: recursos obtidos na venda da CRT foram parar na conta de uma das maiores empresas norte-americanas, a General Motors, que está em processo de instalação no Rio Grande do Sul.

O segundo grande golpe contra o patrimônio gaúcho ocorreu poucos dias após. O governador Antônio Britto enviou à Assembléia Legislativa, durante a convocação extraordinária, projeto de lei desintegrando a CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica - em seis setores e possibilitando a privatização de 75% da empresa. Em apenas cinco dias de tramitação e através de uma votação relâmpago, em que a maioria dos deputados governistas sequer conhecia o conteúdo da proposta, o ato de entreguismo foi avalizado pelo legislativo gaúcho.

Julho de 1997: nova convocação extraordinária da Assembléia Legislativa e novo atentado contra o patrimônio público. Contrariando compromissos assumidos publicamente durante a votação do projeto que autorizou a venda de 35% das ações da CRT, Britto envia à Assembléia projeto de lei permitindo a privatização total da CRT. Não satisfeita com a pressa usual das votações nas convocações extraordinárias, e numa demonstração emblemática de subserviência e servilismo, a base governista exigiu preferência para a votação da matéria.

Os protestos da oposição não foram suficientes para demover os deputados que dão sustentação ao governo. Produziu-se então um dos episódios mais importantes da resistência às políticas de desmonte do estado e à subserviência e fisiologismo reinantes nos Legislativos: a população que lotava as galerias da Assembléia Legislativa ocupou o plenário, inviabilizando a continuidade da sessão.

A reação da sociedade gaúcha, no entanto, não sensibilizou o governo. A privatização total da CRT foi aprovada em sessão secreta, sem que a população pudesse acompanhar o debate e a votação.

RETROCESSO HISTÓRICO

Temos afirmado que o povo gaúcho construiu as empresas públicas. E não se trata de recurso de retórica. A CEEE, que tem 55 anos e vale 5,5 bilhões de dólares, foi formada através da encampação de ativos de empresas privadas que já não cumpriam com sua finalidade como a americana Bond and Share. A companhia teve sua expansão financiada pela Taxa de Eletrificação paga pelos consumidores durante os anos 50 e 60 e pela inversão do Imposto Único sobre Energia Elétrica, cobrado na conta de luz até 1988.

Os países do Primeiro Mundo defendem a privatização das estatais... do Terceiro Mundo. Na grande maioria dos países desenvolvidos, o Estado tem presença marcante nos setores considerados estratégicos, como a energia. Nos Estados Unidos, o sistema elétrico é composto por companhias federais, municipais, cooperativas e companhias privadas. O governo norte-americano é o segundo produtor de energia, suprimindo 34 estados. Na França, a empresa responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica é pública. Na Itália, da mesma forma. E no Canadá cada província adota um modelo, mas a maior parte das empresas de energia elétrica são públicas.

No Brasil, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, as privatizações favorecem a formação de monopólios privados regionais. O governador Antônio Britto, que tem se destacado na condução dessa selvageria privatizante, tem se utilizado do inacreditável argumento da concorrência para justificar a venda das estatais. De fato, a competição pode viabilizar a queda de preços para os grandes consumidores, que poderão escolher fornecedores, pagando pedágio pela utilização da rede de transmissão. O consumidor comum, no entanto, fica à mercê dos tarifas e aumentos abusivos, já que em nenhum lugar do planeta há duas distribuidoras abastecen-

do uma mesma rua.

O ideário da privatização tem outras máximas, além dos efeitos salutar da concorrência. Uma delas - utilização dos recursos obtidos na venda das estatais em áreas como educação, saúde e segurança - muito usada pelo governador Antônio Britto, desmoronou por ato do próprio governo um mês após a CEEE ter sido vendida. Para surpresa geral da população e regozijo da base governista, ávida por uma farra pré-eleitoral, o governador anunciou, com toda a pompa que lhe é peculiar, que 300 milhões oriundos da venda da CEEE serão usados para asfaltar acessos rodoviários de municípios recém-emancipados. Já para as áreas sociais, nem uma só migalha...

O folclore eleitoral que cerca as privatizações no Rio Grande do Sul serve para desmistificar a argumentação oficial que sustenta a política neoliberal. A quebra dos monopólios estatais e as privatizações são apresentadas como soluções para viabilizar o ajuste fiscal, garantir a estabilização da economia e o equilíbrio da balança de pagamentos. No entanto, ao primeiro sinal de perigo para seu objetivo da reeleição, o governo pisoteia a lei e torra os recursos em obras que possam favorecê-lo na disputa de 1998.

O mais estarrecedor de tudo isso é a concepção de desenvolvimento que permite a venda de empresas estratégicas e altamente rentáveis. O Brasil tem 32 milhões de miseráveis e 60 milhões de pessoas que participam apenas marginalmente dos mercados de consumo e de produção. Sob estas condições, o papel do Estado, e particularmente sua atuação nos setores estratégicos da infra-estrutura - aí incluídas a energia e as telecomunicações - é essencial em qualquer projeto de desenvolvimento que busque a incorporação produtiva desse enorme contingente de brasileiros. Na lógica imposta pelo projeto do governo, a inclusão desses setores fica irremediavelmente comprometida.

Passados 33 meses do governo Britto, o Rio Grande do Sul é terra privatizada. Os setores mais rentáveis já estão nas mãos da iniciativa privada restando para vender apenas a CORSAN (empresa que atua na distribuição de água e no saneamento) e o BANRISUL. Os bens públicos foram leiloados mas a situação das finanças públicas está cada vez mais deteriorada. Em 1995 a dívida pública do Rio Grande do Sul era de R\$ 6,6 bilhões. Hoje esta dívida já triplicou, atingindo inacreditáveis R\$ 16 bilhões. Previsões otimistas projetam em R\$ 25 bilhões o tamanho do rombo no final deste governo.

A realidade que está se desenhando no Rio Grande do Sul é muito amarga: passada a orgia privatista vai sobrar apenas uma conta impagável para a população. Uma conta que vai resultar em menos investimentos em educação, em saúde, em habitação popular, no apoio à agricultura familiar. Enfim, uma conta que vai significar mais miséria para enormes parcelas da população que necessitam destes serviços públicos.

MIGUEL ROSSETTO É DEPUTADO FEDERAL E ELVINO BOHN-GASS DEPUTADO ESTADUAL PELO PT DO RIO GRANDE DO SUL.



FERNANDO BOTERO, 1988

LIBERDADE SINDICAL COM AUTORITARISMO NEOLIBERAL?

V em chamando a atenção do movimento sindical que o governo FHC, através do Ministério do Trabalho, tenha constituído uma comissão técnica para formular rapidamente uma proposta de alteração do art. 8º da Constituição introduzindo a Convenção 87 da OIT, recolocando o debate sobre a reforma sindical.

No entanto, pouco tem se refletido sobre o fato de que a verdadeira reforma trabalhista e sindical no Brasil nestes anos 90 vem sendo feita "na marra". Para implementar tal reforma, isto é, para retirar direitos trabalhistas e enfraquecer os sindicatos, os neoliberais coordenados pelo governo FHC têm usado a legislação vigente, contado com o auxílio da Justiça do Trabalho, abuso dos poderes do Ministério do Trabalho, usado a repressão policial e militar e sobretudo, aproveitado ao máximo, as oportunidades geradas pelo novo cenário econômico-social que eles mesmos impuseram ao país.

Esta contra-revolução neoliberal nas relações de trabalho vem acontecendo com poucas alterações legais por enquanto - a excessão da reforma administrativa e várias medidas do pacote fiscal que afetam ao funcionalismo público. A chave para compreender essa contra-revolução está na mudança da correlação de forças entre as classes na sociedade brasileira, em detrimento dos trabalhadores. Dois indicadores dessa mudança são o aumento dramático da taxa de desemprego no Brasil e a drástica redução do volume de greves ao nível nacional, se compararmos os anos 90 com os 80.

Lembre-se que tais componentes do atual cenário não podem ser vistos de forma estática. Em alguns momentos a reforma "na marra" entrou em contradição com a institucionalidade vigente (nem que seja pelo corporativismo dos juizes). Em alguns outros, a correlação de forças não se mostrou tão imutável

(como quando o MST e demais setores populares conseguiram colocar a bandeira da reforma agrária na agenda política nacional).

A tática neoliberal em muitos casos tem sido a de "comer pelas beiradas", propor mudanças aparentemente tímidas e pontuais mas que de conjunto e cumulativamente acabam destruindo a capacidade do sindicato conseguir alguma regulação favorável nas relações capital/trabalho. Com isso, o passo seguinte - atacar a estrutura sindical herdada do corporativismo, mesmo reciclada por quase duas décadas de sindicalismo autêntico e mais recentemente pela ação dos pelegos "modernizados" - é muito mais simples. Há indícios de estarmos num momento de transição entre o ataque com o foco na desregulamentação e o ataque com a ênfase na organização sindical.

Para traçar uma estratégia de luta pelas reivindicações dos trabalhadores no campo trabalhista e sindical devemos reconhecer que as classes dominantes conquistaram posições, que não estamos em 1983 (quando fundamos a CUT) e também não em 1989 (quando polarizamos o país e quase chegamos à presidência da República). Implica que

a estratégia sindical não pode ser apenas "sindical" nem restrita ao plano "trabalhista", mas deve ser uma estratégia de enfrentamento político com o projeto hoje dominante no país.

Com o produto da comissão do MTb na mão o governo FHC poderá agregar ao seu discurso novas bandeiras "democráticas" e "modernas" de cara à eleição de 1998 e anunciar que tem uma proposta para implantar a liberdade sindical em moldes "parecidos" e às sugestões cutistas.

De fato, defendemos a Convenção 87. Mas a defendemos na perspectiva de um sistema democrático de relações de trabalho, porque questionamos que o atual sistema é autoritário e porque entendemos que apenas a Convenção 87 não resolve o problema da dar garantias ao direito de organização sindical. Mas como evidenciar isso?

A questão é que o governo poderá aproveitar que estará propondo uma reforma de peso com a qual "concordamos" em um ponto (a aprovação da Convenção 87 da OIT). Caberiam então dois caminhos errados: (a) Ou o movimento sindical nega uma "bandeira democrática"; (b) ou a assume dentro das condições postas pelo governo neoliberal.

O QUE FAZER

Alguns pontos são fundamentais e deveriam ser considerados à hora de detalhar a estratégia da luta pela liberdade sindical no Brasil:

- o primeiro passo é organizar a denúncia sistemática das agressões sofridas por trabalhadores e movimento sindical, para desenvolver a indignação política da opinião pública tanto contra o despotismo patronal dentro das empresas como com a retirada de direitos sindicais e trabalhistas que está em curso;
- essa campanha não pode ser apenas do movimento sindical, mas deve se preocupar em atrair e organizar outros setores democráticos que entendam que o que

está em jogo é o modelo de país e não apenas tal ou qual redação para o art.8º da Constituição;

- isso significaria criar uma capacidade política-organizativa que permita à CUT sistematizar e qualificar as denúncias sobre as violações dos direitos sindicais na base dos seus 2.500 sindicatos filiados; e,
- implica também que a coordenação política seja compartilhada com outras organizações da sociedade civil (ex. OAB, Pastoral Operária etc.) e personalidades que assumam a bandeira da extensão e radicalização da democracia para o mundo do trabalho e que estejam dispostas a questionar o despotismo das empresas e governos em relação aos trabalhadores e convocar atos e tomar iniciativas onde isso seja denunciado à opinião pública.

O GOVERNO FHC PROMOVE UMA CONTRA-REVOLUÇÃO NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS. ENFRENTÁ-LA EXIGE REORIENTAÇÕES IMPORTANTES DO MOVIMENTO SINDICAL.

GUSTAVO CODAS

SEM ESTRATÉGIA

Ao longo de toda sua história a CUT sempre defendeu publicamente a aplicação da Convenção 87. Vai ser agora que renegará essa trajetória? O problema está justamente em que tem sido discutidas na CUT "bandeiras" ("liberdade sindical") e "modelos" ("sistema democrático de relações de trabalho") mas muito pouco avançou-se na estratégia nessa questão.

As discussões recentes têm buscado sobretudo definir um "modelo" a ser defendido pela CUT. O "modelo" é uma referência importante mas não resolve o problema da estratégia, não responde à questão de "por onde", "como" entrar nesse embate na sociedade.

Os neoliberais não somente contam com "modelos" mas também implementam uma determinada estratégia, tal como acima mencionado. E a questão é justamente é essa: frente a essa estratégia, a bandeira a "Convenção 87" ou o modelo do "SDRT" são insuficientes e, dependendo das circunstâncias poderão ser até contra-producentes para os objetivos políticos do sindicalismo cutista na conjuntura. Ao dizer de um estudioso do tema "a CUT está presa ao seu discurso".

Para entender nossas dificuldades é preciso considerar, ainda, que a CUT, malgrado seu discurso, de fato não significou uma ruptura completa com a estrutura sindical oficial, mas o que aconteceu foi uma determinada combinação entre ambas. Isto pode ajudar a explicar porque durante tantos anos a Convenção 87 pouco ultrapassou o terreno dos discursos e por que no 5º Concut (1994) a maioria dos delegados que respondeu os questionários da pesquisa sobre "Perfil" se posicionou a favor da unicidade sindical, enquanto na plenária aprovavam posições contrárias. Por outro lado, o movimento sindical está jogado hoje em uma situação politicamente defensiva. Devemos considerar quais são as "salvaguardas" que os sindicatos têm disponíveis para atuar apesar da situação defensiva. A "unicidade sindical" é, neste momento, uma salvaguarda para os sindicatos (inclusive os cutistas). Por exemplo, são inúmeros os casos de sindicatos que não conseguem organizar-se dentro das empresas, mas as empresas também não conseguem assinar acordos senão com esses sindicatos; eventualmente esses sindicatos conseguem até colocar diretores com estabilidade dentro delas. Por que então, abrir mão desse dispositivo?

CONTINUA NA PÁG 6

A SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO LANÇOU O PROJETO DE ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE PARA TODOS.

ESCOLA PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE

MARCIA DORNELES



CICERO DIAS FIEL QUEIROZ - A REVOLUÇÃO DE 1824

buições, a realização periódica de reuniões, precedendo a elaboração dos Planos Nacionais de Educação, de modo a manifestar-se a respeito das suas diretrizes e prioridades.

2) órgão representativo de todos os níveis educacionais, com caráter deliberativo e autônomo do governo.

3) *A Gestão dos Sistemas e Escolas* - como propósito de: assegurar a Escola Pública, democrática, gratuita e de qualidade em todos os níveis, como um espaço de direito de todos e dever do Estado. Garantia do exercício da democracia participativa em todas as instâncias e com mecanismos de escolha de dirigentes e Democratização do Planejamento, acompanhamento e avaliação dos processos educativos.

4) *Financiamento da Educação*, visando ampliação dos recursos para a Educação, garantia de 10% do PIB em 10 anos e a Construção de um Conselho de Acompanhamento dos Recursos para a Educação, com mecanismos de controle e fiscalização.

5) *Adequação do Currículo* à questão da identidade do povo brasileiro, a diversidade cultural, racial e étnica, às diferentes áreas do conhecimento. Inclusão de temas específicos referentes a relações raciais, étnicas, contribuições indígenas e de gênero, a partir de discussões com o movimento social negro e demais entidades da sociedade civil.

6) *O fortalecimento das universidades*, enquanto núcleos produtores do ensino, pesquisa e extensão voltada para as necessidades da maioria da população.

AS METAS PARA A EDUCAÇÃO

As metas a serem alcançadas nos níveis de Educação:

Educação Infantil:

- de 0 a 3 anos - garantia de atendimento de 20% da faixa etária, em 5 anos;
- de 04 a 06 anos - garantia de atendimento de 50% da faixa etária, em 5 anos e 100% da faixa etária em 10 anos;

Ensino Fundamental:

- 100% do atendimento, em 10 anos;

Ensino Médio:

- 100% do atendimento em 10 anos;

Ensino Superior:

- 35% de atendimento, para todos os que quiserem em 10 anos;

Educação de Jovens e Adultos:

- erradicação do analfabetismo: 50% da população acima de 15 anos, em 5 anos e 100% da população em 10 anos;
- 100% do atendimento do ensino fundamental, via ensino supletivo presencial, em 10 anos.

Com a conclusão de todo trabalho para a consolidação do Plano Nacional de Educação, temos a clareza de que, além da sua entrega, em ato Público e Formal ao Congresso Nacional, no dia 3 de dezembro em Brasília, é necessário mobilizar e organizar a sociedade para ficar alerta e reivindicar aos governantes e parlamentares respeito a este projeto construído de forma democrática e participativa. Isso significa aprovação em plenário e a conseqüente implementação por parte do governo federal.

MARCIA DORNELES É VICE-PRESIDENTE DO CPERS/SINDICATO E MEMBRO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE.

CONTINUAÇÃO DA PÁG 5

Bem sabemos que o problema da unicidade sindical é que não se trata de um direito democrático, mas de uma herança autoritária. Mas o marco de desregulamentação e de falta de garantias a que os neoliberais aspiram é ainda mais anti-democrático que tal herança.

Uma estratégia deve, em primeiro lugar, denunciar que a reforma já está sendo feita e que seus efeitos são nefastos (sobre emprego, nível de vida etc.). Deve mudar o tom do debate para mostrar que o que está em jogo é um aprofundamento (ou não) de um modelo excludente e autoritário de sociedade para o Brasil e desmascarar a jogada do governo de chamar para conversar enquanto "come pelas beiradas". Só através dessa inversão do sentido que o debate tem tomado é que poderemos alcançar um terreno mais favorável para nossas posições. Mas tem sido fraca a presença do sindicalismo cutista no combate às iniciativas neoliberais do governo no campo das relações de trabalho (por exemplo, em relação ao projeto Força Sindical-FHC do contrato temporário).

Nessa perspectiva, a questão da "liberdade de organização sindical" deve ser tratada, em primeiro lugar, através da denúncia de sua total falta hoje, das violações que empresas e Estado cometem contra tal direito dos trabalhadores, das perseguições e demissões de trabalhadores sindicalizados, militantes e dirigentes sindicais. É fundamental, para nossa estratégia, evidenciar que na transição após a ditadura as relações de trabalho e sobretudo o direito sindical não acompanharam minimamente o processo de democratização da sociedade brasileira. Trata-se então de denunciar um atraso, de mostrar como o atual marco legal já está sendo usado contra o movimento sindical e que as propostas de reforma nada mais são do que a continuidade do atraso e do autoritarismo.

Devemos incorporar a liberdade sindical dentro da luta democrática que travamos contra o autoritarismo neoliberal. E nossa denúncia pode ajudar a mostrar que o foco da questão deve ser a conquista de direitos que protejam a organização sindical e os militantes que detenham mandatos dentro das empresas. Essas e outras salvaguardas são fundamentais garantir antes de abrir mão das antigas.

Tal política deve ser articulada com a estratégia e o programa que venham a ser formulados pelo campo democrático-popular (inclusive para as eleições de 1998). Reverter ou mesmo jogar no impasse iniciativas neoliberais no mercado de trabalho, só será possível com alterações da correlação de forças.

Trata-se não somente de "participar do debate" (o que quase sempre está acontecendo num palanque montado pelo inimigo) mas mudar a agenda política nacional em relação à questão da liberdade sindical. Ou o debate acontece num contexto de derrota política (geral ou específica em relação ao tema) do governo federal, ou o não passará de um simulacro que reforçará FHC na sua campanha rumo à reeleição.

GUSTAVO CODAS É ASSESSOR DA CUT NACIONAL.

O governo neoliberal FHC vem, desde a sua posse, investindo na desobrigação do Estado para com a Educação Pública Gratuita e de Qualidade para todos.

A sociedade organizada tem buscado se contrapor a esta política, pesquisando e debatendo experiências educacionais de inclusão nos governos populares e construindo propostas alternativas. As propostas se constituem num projeto político-pedagógico para a educação brasileira, pautado na participação democrática, e na qualidade social.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Em Brasília, dia 24 de abril de 1996, com o lançamento do "Manifesto à Sociedade Brasileira - Educação, Democracia e Qualidade Social", foi deflagrado o processo de discussão e construção do Plano Nacional de Educação, previsto na Constituição Federal de 1988. Com a aprovação da LDB no final de 1996, que no seu artigo 8º prevê a construção do Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os próximos dez anos, os setores democrático-populares e as entidades comprometidas com a escola pública deliberaram disputar este projeto com o governo federal. O MEC, autoritariamente, ignorando o trabalho coletivo em construção encomendou ao INEP um PNE. Por isso, a disputa se dará no Congresso Nacional.

puta se dará no Congresso Nacional.

Na I Conferência Nacional de Educação (CONED), realizado de 31 de julho a 3 de agosto de 1996, estabeleceu-se as diretrizes que subsidiaram as discussões coletivas, os Encontros Municipais, Congressos Estaduais e Nacionais, além dos Seminários Temáticos Preparatórios à II CONED.

A II CONED, ocorrido entre 6 a 9 de novembro de 1997, em Belo Horizonte, com a participação de 4.000 delegados, teve como objetivo a construção e consolidação do primeiro Plano Nacional de Educação do país. Ocorreram 16 conferências, 78 mesas-redondas, 183 trabalhos e 122 comunicações, com a participação de entidades organizadas da sociedade civil de diversas áreas - educacionais, políticas, sindicais acadêmicas, profissionais e sociais. Além disso, os participantes debateram em dez Plenárias Temáticas a primeira versão do projeto, que vem sendo elaborado ao longo de dois anos.

As Plenárias aprofundaram questões específicas contidas no PNE e contribuições e ou modificações foram anexadas.

AS PROPOSTAS DA II CONED

Entre as propostas elencadas no PNE, é importante destacar:

1) *A criação do Fórum Nacional de Educação* - órgão deliberativo da Política Nacional de Educação, tendo entre suas atri-

Em seu ensaio "Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira" (publicado em *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 39, número 3, pp. 377 a 392), Luiz Werneck Vianna procura iluminar a especificidade do projeto FHC à luz de uma análise histórica de longo alcance da formação do Estado - Nação brasileiro.

De acordo com Werneck Vianna, "o Brasil, mais que qualquer outro país da América Latina, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva. O termo "revolução passiva" foi utilizado por Gramsci para designar os processos de mudança histórica com reduzida capacidade hegemônica das classes burguesas, nos quais o Estado é chamado a cumprir uma função dirigente.

Da Independência ao ciclo getulista, teria predominado, em diferentes contextos e coalizões de classe, uma lógica territorialista, isto é, a priorização e expansão do território e controle sobre a população em detrimento da prioridade de objetivos mais estritamente econômicos. Werneck Vianna lança mão aqui da distinção manuseada por Giovanni Arrighi em "O longo século XX", entre lógicas territorialista e capitalista de expansão do poder, esta última servindo para designar os governantes de orientação capitalista que consideram as aquisições territoriais apenas como meio e subproduto da acumulação de capital.

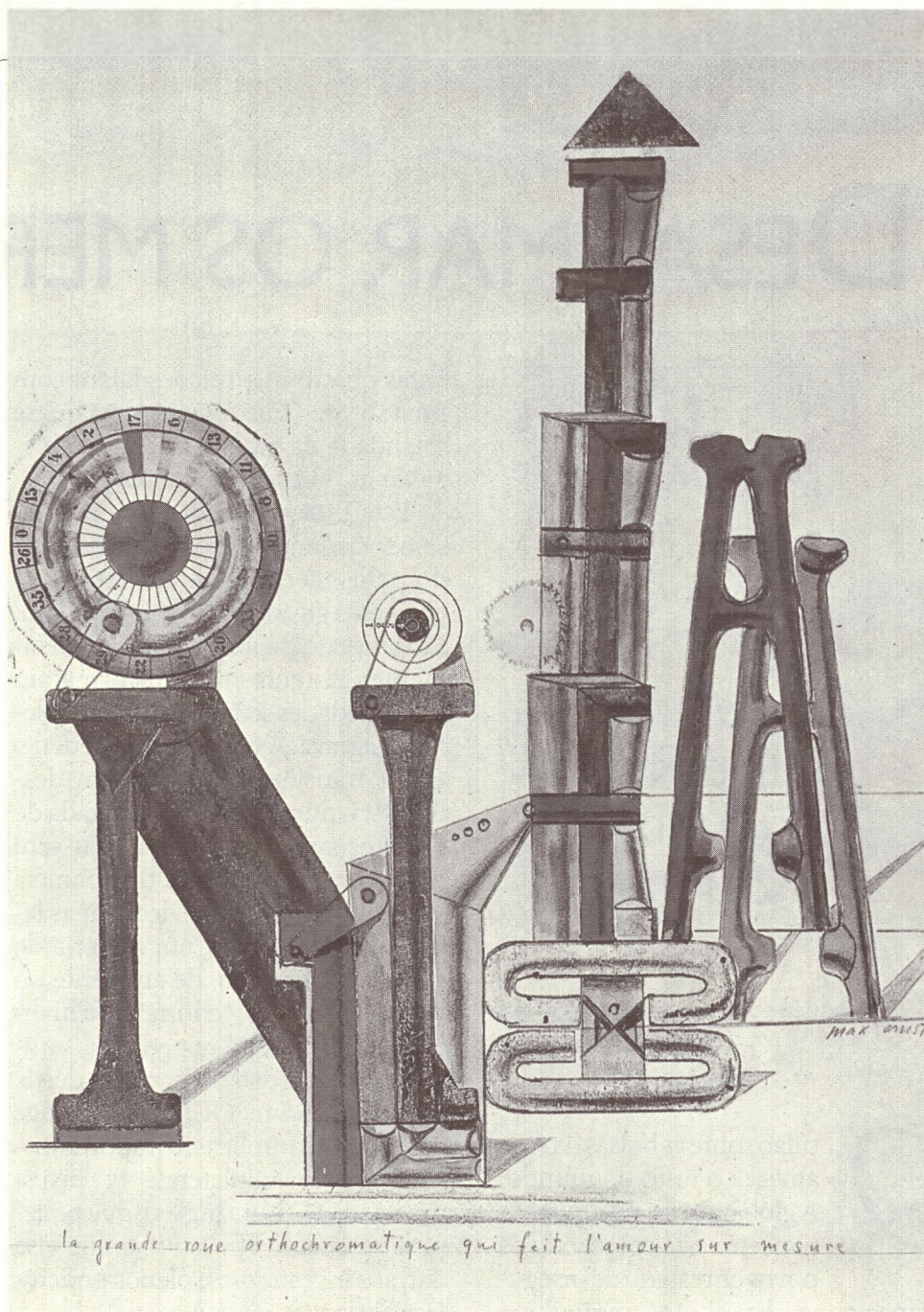
Após a transição do regime militar, segundo Werneck Vianna, as elites políticas do territorialismo teriam sido afastadas do controle do Estado, "tendo sido sucedidas por uma coalizão de forças cada vez mais orientada por valores de mercado e pelo projeto de "normalização" da ordem burguesa no país, o que implicaria, além de uma ruptura com o passado - o "fim da era Vargas" - a subordinação de todas as dimensões do social a uma racionalidade derivada das exigências da modernização capitalista."

O argumento de Werneck Vianna é interessante. De acordo com ele, o programa das novas elites seria o de justamente interromper o livre curso de comunicação entre a luta pela democracia política e os processos de democratização social, administrando por cima, seletivamente, o ingresso à cidadania no interior de uma democracia concebida apenas em termos liberais da delegação e representação do poder.

Ele conclui: "se a revolução passiva das elites territorialistas traduziu o seu programa de criar uma nação para o seu Estado, a nação que vem emergindo do processo de conformação de direitos e da cidadania por parte das grandes maiorias ainda não concebeu o seu Estado". Isto é, podemos dizer, que o que faltaria à oposição de esquerda ao projeto de FHC seria exatamente um projeto de democracia que relegitimasse a luta social por novos direitos e relançasse a luta política em um sentido histórico mais consistente e substantivo do que a disputa meramente eleitoral.

O GUARDIÃO ACABA PRISIONEIRO

O uso das noções de dirigentes territorialistas e capitalistas por Werneck Vianna é interessante para captar o viés



MAX ERNST. A GRANDE ROUA ORTOCROMÁTICA QUE FAZ AMOR SOB MEDIDA 1919-1920

LUZES À ESQUERDA

liberal-mercantil através do qual FHC concebe a relação do Estado - Nação com o mundo. Mas em Giovanni Arrighi estas duas lógicas diferentes referem-se a estratégias de potências hegemônicas ou em disputa de hegemonia mundial. Não é este o caso certamente do Brasil, país situado entre a periferia do sistema capitalista mundial e o seu centro.

As contribuições recentes de José Luiz Fiori têm a sua importância exatamente aqui: o de pesquisar a viabilidade internacional do projeto de modernização conservadora dirigido pelo governo FHC.

Em entrevista à revista *ECOS*, de julho de 1997, Fiori - professor de Ciência Política do Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro - antevê que o que se espera para o Brasil em função da estratégia hoje dominante "é um longo período ainda de crescimento mediocre, interrompido de forma recorrente, por freadas sucessivas."

O núcleo da argumentação de Fiori reside na crítica aos três mitos que acompanham os modelos da globalização: o primeiro seria o de que a globalização é uma resultante exclusiva das forças de mercado; o segundo, o de que ela seria um fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador; o terceiro mito seria aquele que prevê uma redução pacífica e inevitável da soberania dos Estados Nacionais.

Contra estes três mitos, Fiori opõe a noção de um espaço da globalização profundamente marcado pelas dimensões do poder político - em particular, dos EUA - pelo crescimento das desigualdades, pelas exclusões e assimetrias. Neste contexto, o êxito de uma integração na ordem internacional dependeria de estratégias inteligentes e

ativas por parte dos Estados Nacionais trabalhando nas contradições, inconsistências e "janelas de oportunidade" existentes no espaço não homogêneo da ordem mundial.

Ora, o governo FHC teria reduzido o Estado à função exclusiva de guardião dos equilíbrios macroeconômicos. Guardiã que acaba prisioneiro de sua própria armadilha, impotente ou incapaz de definir prioridades e implementar políticas de incentivo setorial à competitividade, de oferecer proteção social a suas populações, de prestar os serviços públicos mais elementares ou, mesmo, finalmente, de garantir a ordem e o respeito às leis."

A REVOLUÇÃO SILENCIOSA DE FHC"

Em "A revolução silenciosa de FHC" (*Carta Capital*, 20 de agosto de 1997) José Luiz Fiori procura desvendar o núcleo interno da lógica mercantil liberal do projeto FHC: o de remontar o eixo central de uma nova etapa da acumulação de capital no país.

Como se sabe, os impasses do capitalismo brasileiro a partir de meados dos anos setenta estariam ligados ao esgotamento do tripé Estado grande capital nacional - grande capital internacional que sustentou o segundo ciclo da modernização conservadora no período mais dinâmico do regime militar. A crise financeira do Estado, somou-se a queda livre dos investimentos externos.

O centro da acumulação antes ocupado pelo Estado seria no projeto de FHC agora ocupado pelo capital internacional. Seriam três os veios deste rearranjo: um aumento dos investimentos estrangeiros diretos no país, a privatização de todo o gigantesco complexo do setor produtivo estatal e uma

UMA SÉRIE DE ESTUDOS VÊM LANÇAR NOVAS LUZES SOBRE A DINÂMICA DO GOVERNO FHC, POTENCIALIZANDO A CRÍTICA DE SUA ESTRATÉGIA.

JUAREZ GUIMARÃES

nova centralização do capital pela formação de novos grandes conglomerados em setores chaves como telefonia e comunicações e nos setores de geração de eletricidade. Este novo núcleo central da acumulação conformaria um novo perfil das classes dominantes no Brasil, rearranjo no qual lançaria raízes a coalizão PSDB-PFL, um controlador do filet mignon da telefonia e da comunicação e, outro, das centrais de eletricidade.

Aqui é onde esta lógica de desterritorialização implícita na ideia de que a locomotiva do crescimento da economia brasileira deve ser o capital internacional funde-se com um renovado autoritarismo e centralização de poderes no Executivo Federal. Na competição com os mercados de países asiáticos já não tão emergentes assim, o Brasil ofereceria estabilidade monetária, juros elevados, imenso mercado potencial, enormes doações de patrimônio estatal e... estabilidade institucional.

LIMITES DO PLANO REAL

Coube ao economista Márcio Pochmann - diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp - deslindar um mito criado em torno ao Plano Real: o da sua capacidade de distribuir renda e dinamizar o mercado interno.

Segundo Pochmann, o Plano real teria tido, por várias razões (fim do imposto inflacionário, elevação mesmo que pequena do salário-mínimo, alterações relativas de preços que favoreçam o setor informal de serviços), um pequeno impacto redistributivo entre novembro de 1994 e o início de 1996. Hoje o Plano real teria, esgotado o seu pequeno dinamismo redistributivo inicial, reconduzido à pior situação de distribuição de renda desde 1988. E, na ausência de um crescimento sustentado e de uma política de serviços públicos mais ativa, não haveria no horizonte do Real previsões de alterações significativas neste padrão.

Particularmente alarmante seriam as perspectivas de desemprego e da deterioração da qualidade de oferta de emprego. Pois de cada dez novos empregos criados na fase do Real, apenas dois são de carteira assinada. E, como lembra Pochmann, as ocupações por conta própria dependem estritamente da renda das empresas e dos assalariados. Mas, em março deste ano, o nível de emprego regular com carteira assinada é semelhante ao do início de 1992, período em que se estava saindo da recessão Collor.

JUAREZ GUIMARÃES É PROFESSOR DA UFMG.

DESARMAR OS MERCADOS

A publicação mensal francesa *Le Monde Diplomatique* vem, há alguns anos,

destacando-se como um centro de reflexão e difusão de idéias criativas de esquerda. Apoiando-se na "Association Les Amis du Monde diplomatique", o jornal obteve em 1995 a autonomia financeira necessária para resguardar sua autonomia política - diferente do que ocorreu com o próprio *Le Monde*, cujas opiniões tornaram-se cada vez mais conciliadas com o mundo neoliberal.

Ignacio Ramonet, presidente e diretor da publicação, é um dos principais críticos da globalização conduzida pelo capital financeiro internacional. Seus editoriais são hoje uma referência para compreender e lutar contra o projeto neoliberal. Já publicamos, em edições anteriores do *Em Tempo*, alguns textos de Ramonet, como o famoso "O pensamento único" e "Os novos donos do mundo". Para ele, a globalização criou "um Estado supranacional, que dispõe de seus aparelhos, de suas redes de influência e de seus meios de ação próprios", constituído pelo FMI, Banco Mundial, OCDE e OMC, cujas posições são respaldadas por quase toda a grande mídia. "Este Estado mundial é um poder sem sociedade, cujo papel foi usurpado pelos mercados financeiros e as empresas gigantes que o comandam. Em consequência, as sociedades realmente existentes se transformaram em sociedades sem poder."

Combater esse "poder sem sociedade" para permitir que as sociedades voltem a deter o poder é a preocupação central dos animadores do *Le Monde Diplomatique*. O jornal tem uma página excelente na Internet. Em <http://www.monde-diplomatique.fr/md/index.html> se obtém acesso ao editorial e ao índice da edição mais recente. O endereço é também a porta de entrada para outros serviços. Um dos mais interessantes é a possibilidade de ler as edições dos últimos três anos e de obter dossiês de informação por país.

A seguir, reproduzimos as matérias editoriais das edições de novembro e dezembro do *Le Monde Diplomatique*.

LE MONDE
DIPLOMATIQUE
REALIZA
UMA CRÍTICA
DIRETA
ÀS INSTITUIÇÕES
DIRIGENTES DA
GLOBALIZAÇÃO
CAPITALISTA.

IGNACIO RAMONET

O tufão sobre as bolsas da Ásia ameaça o resto do mundo. A globalização do capital financeiro está colocando os povos em estado de insegurança generalizada. Ela enquadra e rebaixa as nações e seus Estados da condição de espaços para o exercício da democracia e a garantia do bem comum.

A globalização financeira criou, por outro lado, seu próprio Estado. Um Estado supranacional, que dispõe de seus aparelhos, de suas redes de influência e de seus meios de ação próprios. Trata-se da constelação Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Estas quatro instituições falam com uma só voz - que repercute na quase totalidade da grande mídia - para exaltar as "virtudes do mercado".

Este Estado mundial é um poder sem sociedade, cujo papel foi usurpado pelos mercados financeiros e as empresas gigantes que o comandam. Em consequência, as sociedades realmente existentes se transformaram em sociedades sem poder. E o problema se agrava. A OMC, que sucedeu o GATT, transformou-se também, desde 1995, numa instituição dotada de poderes supra-nacionais, mas sem qualquer controle pela democracia parlamentar. Ela pode declarar as legislações nacionais, em matéria de direito do trabalho, de ambiente ou de saúde pública, "contrárias à liberdade de comércio", e pedir sua anulação. Além disso, negocia-se desde maio de 1995 na OCDE, bem longe das opiniões públicas, o importantíssimo Acordo Multilateral sobre Investimentos (MAI, em inglês), que poderá ser assinado em 1998, e que visa dar, aos investidores, plenos poderes face aos governos.

O desarmamento do poder financeiro precisa tornar-se um objetivo cívico maior, se queremos evitar que o mundo do próximo século se transforme numa selva onde os predadores farão a lei. A cada dia, 1,5 trilhões de dólares fazem idas e vindas pelo mundo, especulando com as variações do preço das moedas. Esta instabilidade de mudanças é uma das causas da alta dos juros reais, que freia o consumo das famílias e o investimento das empresas. Ela aprofunda os déficits públicos e incita os fundos de pensões, que manipulam centenas de

bilhões de dólares, a exigir das empresas dividendos cada vez mais elevados. As primeiras vítimas desta corrida pelos lucros são os assalariados, cuja demissão massiva sempre eleva a cotação das ações de seus ex-empregadores. As sociedades podem tolerar por muito tempo o intolerável? É urgente atirar alguns grãos de areia nestes movimentos de capitais devastadores. De três maneiras: pela supressão dos "paraísos fiscais", pelo aumento da taxa de ganhos de capitais e pela taxa de transações financeiras.

UM IMPOSTO SOBRE O CAPITAL GLOBALIZADO

Os paraísos fiscais são zonas onde reina o sigilo bancário, que serve apenas para camuflar as malversações e outras atividades mafiosas. Bilhões de dólares ficam, dessa forma, livres de qualquer taxa, em benefício dos milionários e das instituições financeiras. Todos os grandes bancos do planeta têm sucursais nos paraísos fiscais, e tiram deles grande proveito. Por que não decretar um boicote financeiro contra, por exemplo, Gibraltar, as ilhas Cayman e Liechtenstein, proibindo todos os bancos que trabalham com os poderes públicos de abrir filiais nesses locais? A taxa de ganhos financeiros é uma exigência democrática mínima. Estes ganhos deveriam ser taxados exatamente pelas mesmas alíquotas que incidem sobre os rendimentos do trabalho.

Não é o que ocorre em nenhum lugar, em particular dentro da União Européia. A liberdade total de cir-

ALIVIAR O PLANETA

Apresentados ainda ontem, pelas grandes agências econômicas - Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico -, assim como por todos os turiferários do ultra-liberalismo, como o contra-exemplo do "fracasso do Terceiro Mundo" e o modelo a ser imitado, os velhos "dragões" (Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coreia do Sul) e os novos (Malásia, Indonésia, Tailândia e Filipinas) conheceram uma série de desordens bursateis muito graves. Depois da queda da Bolsa de Hong Kong, os mercados financeiros dos cinco continentes, a começar por Wall Street, foram tragados pela tormenta, assombrando o mundo com o espectro de um krach do sistema monetário internacional...

DESASTRES FINANCEIROS E ECOLÓGICOS

O modelo de crescimento baseado na mão-de-obra barata, uma moeda subvalorizada, exportações a não mais poder, taxas de juros elevadas para atrair os investidores-especuladores internacionais,

tudo isso enquadrado por um regime político autoritário, aparece cada vez menos exemplar, mesmo perigoso.

Certos países mais afetados pelo tufão das bolsas - Indonésia e Malásia - foram, além disso, atingidos por desastres ecológicos de uma amplitude excepcional. Escapando de todo controle, milhares de incêndios gigantescos devastaram 800 mil hectares das florestas das ilhas de Sumatra, Bornéu, Java e Sulawesi. Imensas nuvens de fumaça tóxica, do tamanho de metade de um continente, recobriram de fuligem e jogaram na semi-obscuridade cidades como Kuala Lumpur, provocando acidentes em série (um Airbus caiu: 234 mortos; uma colisão marítima: 29 mortos).

As duas catástrofes - a da bolsa e a ambiental - estão evidentemente ligadas. Porque se, em parte, esses incêndios são atribuídos à seca causada por um fenômeno climático cíclico, chamado "El Niño", a principal causa do desastre reside na política de desmatamento massivo conduzida, há décadas, com base num modelo hiperprodutivista, centrado unicamente nas exportações, especulativo e suicida. Em nome de uma confusão inte-



FRANCIS PICABIA, ADOÇÃO DO ABEZERRO, 1961-1962

Kyoto recebe, no dia 1º de dezembro, representantes de 150 países para debater as medidas a serem tomadas face ao aquecimento do planeta pelo aumento da emissão de gases causadores do efeito estufa. É oportuno que esta conferência ocorra no Extremo Oriente, em um momento em que a Ásia é sacudida por uma sucessão de desastres financeiros e ecológicos.

ADÃO TAMBÉM ERA UM AFRICANO?

Há duas edições passadas comentou-se aqui a notícia de que cada vez fica mais forte a hipótese de uma origem comum de toda a espécie humana. Há cerca de dez anos atrás esta hipótese fortaleceu-se com as análises feitas no código genético mitocondrial. Este material é transmitido de mãe para filha. Assim pode ser traçado um caminho que apontava para a África. Mais recentemente, descobriu-se que as diferenças genéticas entre as raças existentes são bem menores do que aquelas entre nossa espécie (*h. sapiens*) e outros gêneros já extintos (como o *h. neandertalis*). Tendo fortes evidências da origem de Eva, faltava encontrar o Adão.

Homens e mulheres têm 23 pares de cromossomos. Num destes pares reside a diferença entre os gêneros: enquanto a mulher tem dois cromossomos X (o par XX), os homens tem um par XY (este Y é passado pelos homens). A busca pela origem do cromossomo Y parece que chega a um ponto bem sucedido. O grande sucesso desta investigação é que tanto do ponto de vista da idade, como do local, as buscas voltam-se para as mesmas origens de Eva: algo entre 150 e 200 mil anos atrás e em alguma região do leste da África (onde atualmente fica a Etiópia e Sudão), ou ainda ao sul. Outro dado importante que estas pesquisas têm mostrado é que as mulheres têm contribuído mais do que os homens no sentido de diversificação genética da espécie. (Science 278, 805 (1997)).

E POR FALAR EM ADÃO, LÁ VEM O DILÚVIO.....

Diversas culturas tem algum tipo de história relatando catástrofes que engoliram boa parte dos viventes. Deste tipo é o conto do dilúvio bíblico. Naqueles tempos, parece que os descendentes de Adão (aquele de quem falamos há pouco) andavam aprontando das suas e Deus resolveu botar as coisas nos seus lugares (ou tirar as coisas dos seus lugares...). Noé construiu uma arca enorme, na qual salvaram-se seus familiares e várias espécies de animais. Parece que este mito bíblico (suposto como sendo de uns 3000 anos atrás) tem sua origem em outro mito, do vizinho povo babilônico: a história de Gilgamesh, que data de uns 4000 anos atrás.

Geólogos começam a encontrar evidências de uma enorme catástrofe que pode ter ocorrido há mais de 7000 anos atrás e que talvez tenha sido a origem deste mitos. Tanto babilônicos como palestinos habitavam regiões próximas ao Mar Negro. Supõem os cientistas que na última Era Glacial, quando as terras foram cobertas de gelo, os níveis dos mares baixaram enormemente devido à formação das geleiras. Quando começou o degelo, o Mar Negro devia ser um grande lago de água doce, sem nenhum contato com o Mar Mediterrâneo. As águas dos mares foram subindo e um belo dia o Estreito de Bósforo não resistiu à pressão e arrebentou. As águas invadiram a região, provocando uma enorme enchente que arrasou parte da região e pode ter dado origem ao mito. (New Scientist, Outubro/1997)

E O FIM DO UNIVERSO

Já que falamos de catástrofes, nada melhor do que o fim do Universo. Recentes observações de explosões estelares detectaram que os corpos no universo afastam-se com uma velocidade um pouco maior da que até hoje era suposta. Isto também leva a crer que a massa do universo é menor do que era suposto. A idéia básica é que quando houve a grande explosão (o *big bang*), os vários "pedaços" se espalharam. A atração gravitacional entre estes pedaços poderia fazer com que eles fossem freando, até que começariam a se atrair, voltando-se uns contra os outros. Contudo, parece que a massa existente não será capaz de frear a expansão e o destino do universo será se expandir indefinidamente. (Science 278, 799 (1997)).

EM NOVO FORMATO

A revista de divulgação científica da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) - Ciência Hoje, ganhou novo formato. Mais ágil e diversificada. A edição de novembro traz várias matérias interessantes (poluição com mercúrio, discussão sobre aborto e até a origem das baratas...). Vale a pena conferir.

Américo Bernardes



culação dos capitais desestabiliza a democracia. Por isso é necessário colocar em ação mecanismos dissuasivos. Um deles é a Taxa Tobin, nome de um norte-americano que ganhou o Prêmio Nobel de Economia e fez a proposta em 1972. Trata-se de taxar, de maneira módica, todas as transações feitas nos mercados financeiros, para estabilizá-los e, ao mesmo tempo, proporcionar receitas à comunidade internacional.

Com uma alíquota de 0,1%, a Taxa Tobin arrecadaria, a cada ano, cerca de 166 bilhões de dólares, duas vezes mais que a soma anual necessária para erradicar a pobreza extrema até o início do próximo século. Diversos especialistas demonstraram que a criação dessa taxa não apresenta qualquer dificuldade técnica. Sua aplicação arruinaria o credo liberal de todos os que não cansam de dizer que as medidas de distribuição

de riqueza tornaram-se impossíveis no atual sistema.

Por que não criar, em escala planetária, a ONG Ação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos (Attac)? Em conjunto com os sindicatos e entidades culturais, sociais ou ecológicas, ela poderia agir como um formidável grupo de pressão cívica junto aos governos, para pressioná-los a reclamar, enfim, a colocação em prática deste imposto mundial de solidariedade.

ressada entre crescimento e desenvolvimento, os Estados do Norte e do Sul prosseguem dessa forma a destruição sistemática dos meios naturais. Sucedem-se estragos de todo tipo, infligidos aos solos, às águas e à atmosfera. Urbanização galopante, desmatamento tropical, contaminação dos lençóis freáticos, dos mares e rios, aquecimento do clima, redução da camada de ozônio, chuvas ácidas: os poluentes colocam em perigo o futuro da humanidade.

DEGRADAÇÃO DOS ECOSISTEMAS

Seis milhões de hectares de terras aráveis desaparecem cada ano devido à desertificação. Em toda parte, a erosão, a superexploração corrompem em um ritmo acelerado a superfície das terras cultiváveis. Os equilíbrios ecológicos são fragilizados pela poluição industrial dos países do Norte e pela pobreza dos países do Sul (desmatamento, desaparecimento das terras em repouso). Lógicas econômicas e políticas absurdas fazem com que os seres humanos ainda morram de fome; 800 milhões de pessoas sofrem de má nutrição.

Em 2010 a cobertura florestal do planeta terá diminuído mais de 40% em relação à 1990. Em 2040, a acumulação de gases causadores do efeito estufa poderá

provocar um aquecimento de 1 a 2 graus na temperatura média do planeta e uma elevação de 0,2 a 1,5 metros no nível dos oceanos. Isso não está certo, mas caso se espere ter certezas científicas, será muito tarde para agir. A elevação dos níveis dos mares terá já causado danos irreparáveis.

Entre 10 e 17 milhões de hectares desaparecem a cada ano. Quatro vezes a Suíça. O desmatamento destrói um patrimônio biológico único: as florestas tropicais úmidas abarcam 70% das espécies. Cada ano, cerca de seis mil entre elas são eliminadas do planeta. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, 20% de todas as espécies existentes terão desaparecido em dez anos.

As florestas mais afetadas são as florestas tropicais. Desta forma, na Indonésia, quase 80% da floresta úmida da ilha de Sumatra desapareceu depois dos anos 70. E em Bornéu, o número de árvores abatidas quase quintuplicou em 16 anos. Estas destruições têm, certamente, por origem, o crescimento rápido da população que utiliza a madeira como combustível e as terras para a agricultura, mas sobretudo a exploração florestal destinada aos países ricos.

DESGRAÇA DA TERRA

A Conferência de Berlin sobre os climas, em abril de 1995, ratificou a idéia

que o mercado não está em condições de responder aos riscos globais que pesam sobre o meio-ambiente. Proteger a biodiversidade, a variedade da vida pelo desenvolvimento sustentável torna-se um imperativo: o desenvolvimento é considerado "sustentável" se as gerações futuras herdarem um ambiente de uma qualidade pelo menos igual àquele que receberam das gerações precedentes.

Os países ocidentais - e notadamente os Estados Unidos, responsável pela metade das emissões de gás carbônico dos países industrializados - devem manter os compromissos assinados na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992. Ora não aconteceu nada disso. Se a União Européia se declara a favor de uma redução de gases de 15% no horizonte de 2010, a administração Clinton acabou de propor voltar ao nível de 1990 apenas em 2012 e sobretudo instaurar, a partir de 2008, "permissões de poluir" negociáveis. Por sua parte, numerosos governos do Sul recusam a admitir que a degradação dos ecossistemas engendra consequências trágicas para toda a humanidade.

Sem um esforço coletivo, não conseguiremos aliviar o planeta. É tempo, no Norte como no Sul, de acabar com o modelo de desenvolvimento seguido durante séculos, para a grande desgraça da Terra.

A CRISE FINANCEIRA É ANTES DE TUDO A MANIFESTAÇÃO VIOLENTA DA CRISE DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO. SUAS VÍTIMAS IMEDIATAS SÃO OS PAÍSES DOMINADOS, DA TAILÂNDIA AO BRASIL.

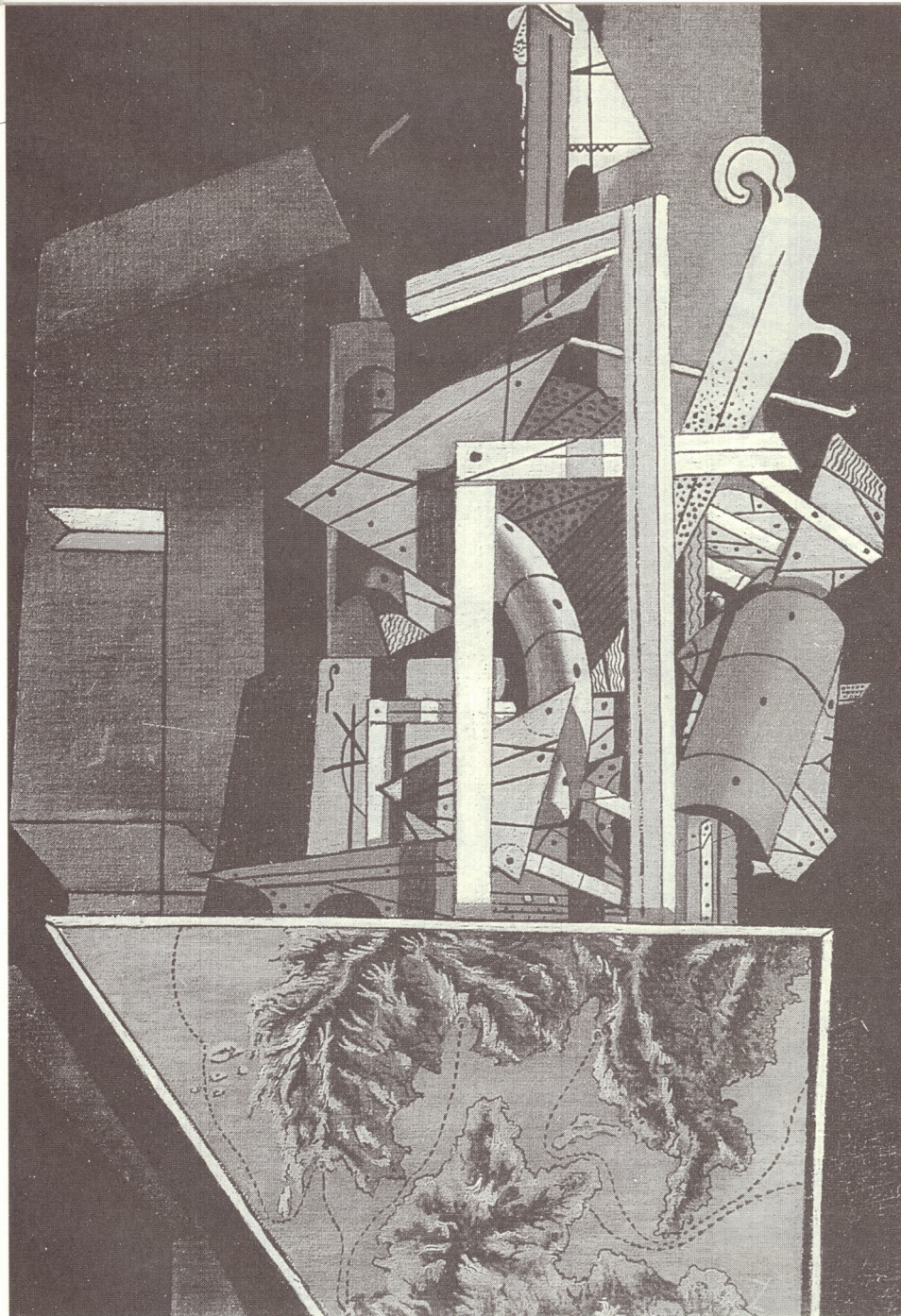
MAXIME DURAND

Depois da crise mexicana, depois dos movimentos sociais na Coreia, assiste-se à crise evidente de um modelo de desenvolvimento. Os países hoje profundamente abalados pela crise financeira são justamente aqueles que eram apresentados como modelos econômicos, sob as designações variadas de países emergentes, "tigres" e "dragões". Mas a crise que os atinge não pode ser reduzida a um fenômeno monetário ou financeiro; ela questiona a própria sustentabilidade econômica, para os países dependentes, de uma livre abertura do comércio no mercado mundial.

Uma zona econômica mundial organiza-se em torno da economia japonesa - com uma primeira periferia composta dos quatro dragões (Coreia, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) e depois uma segunda periferia onde estão a Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia, bem como a China. Este conjunto é estruturado por uma dupla rede de relações baseadas no intercâmbio de mercadorias e no investimento. O investimento direto japonês (ou coreano) transforma os países em subcontratadores: a montagem qualificada é feita na Coreia e em Cingapura, o trabalho menos qualificado em países de salário mais baixo, como a Tailândia ou a Malásia. Alguns destes países são puras plataformas de exportação, o que é ilustrado pela parte extravagante das exportações no PIB de Hong Kong (140%), de Cingapura (180%) ou da Malásia (90%).

CONTRADIÇÕES DO MODELO EXPORTADOR

Estes países exportam muito, e suas exportações aumentaram consideravelmente, a tal ponto que se apresentou esta progressão como a causa do desemprego em massa no mundo rico. Entretanto, com perfil de evolução diferentes no tempo, as importações começaram a aumentar mais rapidamente, o que conduziu a um déficit no comércio exterior, déficit que se juntou ao peso da dívida. Esta é da mesma ordem de grandeza, em proporção do PIB, que aquela do México, e mesmo mais elevada para a Indonésia e as Filipinas. Mas estes países são proporcionalmente bem mais abertos que o México, de forma que o serviço da dívida representa uma parte menor da dívida (salvo na Indonésia). Cada país da região se encontra em uma situação diferente, mas a tendência geral é um déficit importante da balança corrente. Ele é particularmente elevado na Tailândia, onde representou 8% do PIB em 1996, e que



A CRISE DE UM MODELO

foi logicamente o primeiro país a ter sua moeda atacada. Mas a Malásia o seguiu de perto (6 a 7%), bem como a Coreia, a Indonésia e as Filipinas (entre 6 e 4%).

A emergência e a persistência deste déficit corresponde ao fato que os aparelhos produtivos destes países não podem simplesmente sustentar tal ritmo de progressão das exportações sem importar ainda mais, principalmente bens de investimento. A isso se soma uma distribuição desigual da renda que favorece mais o consumo de bens de luxo importados do que da produção local. Nesta crise, não devemos confundir os fatores desencadeadores, as manifestações exteriores e os desequilíbrios fundamentais. O que está em causa, é a idéia de que a prioridade às exportações pode sustentar um crescimento duradouro.

UMA MÁ GESTÃO DO CÂMBIO?

A busca de uma boa taxa de câmbio é profundamente contraditória, por razões intrínsecas a esse modelo econômico. De um lado, esses países têm interesse em reduzir sua taxa de câmbio para exportar mais. Porém, de outro lado, a ancoragem sobre moedas fortes apresenta suas vantagens: permite conter a inflação, reduzir os juros da dívida pública interna, o custo real das importações e o peso da dívida. É, dessa forma - ao lado da taxa de juros elevada - a condição necessária para dar garantias aos investidores internacionais.

A análise mais difundida, que atribui um papel chave ao dólar e à volatilidade dos capitais, corresponde apenas imperfeitamente à essa realidade. É verdade, os países do Sudoeste da Ásia escolheram ancorar suas moedas

no dólar, como o México, o Brasil e a Argentina, mas eles têm sido, até aqui, acusados principalmente de manter uma taxa de câmbio exageradamente baixa - e este é um dos argumentos dos partidários das cláusulas "sociais" protecionistas. A alta do dólar ocorreu após a constatação de desequilíbrios, depois, igualmente, da crise mexicana. Em troca, a asfixia da economia japonesa, cujo crescimento mal ultrapassa o 1% ao ano desde 1991, desempenhou um papel mais importante entre os fatores do ambiente. O ano de 1996 foi um pouco melhor, sem todavia produzir uma inflexão na tendência ao déficit dos países da região.

Deve-se, então, falar de crise especulativa, puramente financeira? Evidentemente sim, quando se constata que a crise do modelo eclode no terreno da moeda e das finanças. Mas isso não implica no primado destes fatores. Todos estes países drenaram muitos investimentos diretos, principalmente provenientes do Japão. Mas estes países investiram consideravelmente, e não somente, no setor imobiliário. A parte do investimento varia de 25% do PIB nas Filipinas à 40% na Tailândia, contra 15 a 20% na Europa. Estes países fizeram globalmente, um enorme investimento. A imagem de países completamente consagrados à uma economia-cassino e onde as riquezas seriam absorvidas pela "especulação" é, pois, absurda. E é por isso que a crise é bem mais grave, colocando em causa a viabilidade do modelo. A crise revelou a fatalidade da dependência, a manutenção desta lei de ferro do "desenvolvimento desigual e combinado" que se traduz por uma assimetria estrutural entre a capacidade de vender e a necessidade de comprar desta categoria de países. Já que eles eram apresen-

tados como exemplos para todos os demais países do Sul, percebe-se a amplitude da crise, não somente econômica mas também social e política que esta constatação implica. Continuar a não ver os danos reais da financeirização é ignorar a dimensão principal de uma crise que corroe a legitimidade dos modelos neoliberais na Ásia e também na América Latina.

IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

Uma outra forma de colocar essas questões é destacar que as relações instituídas entre o Norte e o Sul renovam a natureza do imperialismo. As receitas obtidas da exploração dos trabalhadores do Sul são ultra-rentáveis e relativamente marginais. De fato, se elas jogavam um papel central na (relativa) prosperidade dos países do Norte, já deveriam ter vivido a grande catástrofe final quando da crise mexicana. No sentido inverso, os países emergentes tinham uma necessidade vital de investimentos internacionais, que bruscamente lhe faltaram quando os credores consideraram que as perspectivas de lucro tornaram-se incertas, e escolheram retirar suas fichas, para colocá-las em outros lugares. A amplitude esta "correção" é limitada: em 6 de dezembro do ano passado, enquanto Greenspan sublinhava a "exuberância irracional" dos mercados, Wall Street tinha um índice de 750. Ele é hoje de 900, ou seja, mais de 20% em dez meses. Nada mal para um crack!

Esse não-colapso permite medir a participação marginal dos países emergentes na economia mundial e seu papel completamente instrumentalizado. No pânico, é bastante lógico que o movimento de baixa tenha se difundido para países como o Brasil ou a Argentina, onde os déficits comerciais também estão crescendo (32 bilhões de dólares para o Brasil), e onde as moedas estão supervalorizadas. Tudo isso não tem nada a ver com "especulações a curto prazo": ao se retirarem, os mercados financeiros não provocam a crise dos modelos econômicos periféricos; eles apenas a registram.

RUMO À ESTAGNAÇÃO?

A maneira pela qual foi administrado o crack relativiza a hipótese de uma catástrofe financeira como horizonte imediato da crise. As autoridades aprenderam a gerir este tipo de acidente, interrompendo as cotações, injetando dinheiro ou, indiretamente, oferecendo títulos públicos como valores de refúgio. Mas isso não quer dizer que o episódio vai desaparecer sem deixar traços.

Uma boa parte da Ásia, isto é, uma zona nada negligenciável da economia mundial, vai entrar em uma fase de crescimento medíocre - a saber, o Japão, a Coreia e provavelmente a China, seus subcontratadores (Tailândia, Malásia, Filipinas) e seus centros financeiros (Hong Kong, Cingapura). A frágil retomada da economia mundial pode ser questionada, ao mesmo tempo que se abre uma fase de instabilidade monetária crescente. A hipótese mais verossímil é mais uma estagnação globalizada que remete, em última instância, à divisão cada vez mais desigual das riquezas em escala planetária e às contradições internas do capitalismo neoliberal.

MAXIME DURAND É ECONOMISTA DO IRSN DA FRANÇA. ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL ROUGE DE 6 DE NOVEMBRO.

ABALANDO O PODER BRANCO

O debate sobre as relações raciais desencadeou o mais importante fenômeno de massas ocorrido no Brasil nos últimos anos, a destruição do mito da democracia racial. Ela deu início a desestruturação do mais sofisticado e bem sucedido sistema de apatização racial do mundo contemporâneo. No limiar do século XXI, impulsionados pelo movimento negro, milhões de negros e negras reencontram a identidade racial sonogada e despertam para o questionamento de desigualdades seculares.

Este fenômeno foi construído pela ousadia e rebeldia de militantes e organizações negras que, apesar de historicamente isolados, foram capazes de construir um diálogo eficaz com as massas negras, desmistificando a fábula da harmonia racial brasileira.

O movimento do povo negro tem uma tradição de mais de quatro séculos de luta, sempre apresentando, desde o Quilombo de Palmares, a perspectiva de uma sociedade que incluía a todos. Sua valorização da contribuição de todos os povos na construção de uma sociedade multirracial e multicultural e a confrontação com a visão eurocêntrica da sociedade e do mundo constituem importantes contribuições para uma mudança de civilização.

Graças ao movimento negro, começa a ter visibilidade o verdadeiro retrato do Brasil: uma sociedade hierarquizada racialmente, antidemocrática e violenta. Ele demonstrou a contemporaneidade da discriminação racial como elemento estruturador das relações sociais e econômicas injustas, revelando o conteúdo "oculto" do apartheid brasileiro.

A ESTABILIDADE DO APARTHEID BRASILEIRO

O apartheid brasileiro revelou-se um sofisticado sistema de opressão racial porque foi construído social e historicamente tendo como características a mudança circunstancial das formas e dos discursos justificadores do racismo, a destruição da identidade racial dos negros e negras, um complexo e dissimulado aparato jurídico-institucional legalizador da exclusão e a disseminação do "poder branco" em todos os níveis da vida sócio-econômica.

A fabulação da "democracia racial" foi o principal golpe na identidade racial dos negros e negras brasileiros. Ao inventar um passado de colono, que teria chegado ao Brasil para ajudar na construção de uma sociedade miscigenada e harmoniosa, sinalizava-se para uma falsa possibilidade de integração cujo preço seria a abdicação da autonomia existencial enquanto povo negro, em nome de uma identidade de brasileiro. Nesse terreno histórico, floresceu o projeto de embranquecimento, que indicava a superação da opressão mediante a negação da identidade negra, a mestiçagem e o reconhecimento da superioridade da cultura branca, apontando para o extermínio definitivo da presença negra em nossa realidade. Para sinalizar a possibilidade de incorporação e, ao mesmo tempo, desmobilizar o espaço de resistência identitária presente nas manifestações cul-



CAR DO ALBANY, 1981. DO GRUPO BLACK UNIJUÍ

turais, assimilou-se algumas manifestações, desvinculando-as das referências étnico-raciais e intensificou-se a repressão às manifestações refratárias ao embranquecimento.

Quanto ao conteúdo racista e apatacionista da institucionalidade construiu-se uma versão corrente que afirma inexistir um suporte jurídico formal para a prática da exclusão racial. Entretanto, podemos perceber incontáveis dispositivos jurídicos sutilmente utilizados para legalizar privilégios raciais, aliados a uma interpretação racista fortemente consolidada na ação prática do Estado.

A reprodução do "poder branco" no interior da sociedade brasileira se desenvolveu a partir de uma atitude consciente da elite branca, no sentido de constituir uma aliança intra-racial que perfilasse os euro-descendentes, independentemente de diferenças ideológicas, econômicas, de sexo, de origem nacional, etc. Através da socialização de privilégios econômicos e sociais unifi-

caram-se todos os setores brancos da sociedade brasileira, em torno da perpetuação da opressão racial, provocando o isolamento dos movimentos contestatários e a destruição de experiências políticas significativas. No intuito de manter intactos privilégios seculares, tentaram silenciar a resistência negra, atribuindo as desigualdades à estruturação da sociedade em classes e ao capitalismo.

O SILÊNCIO DA ESQUERDA E O DESAFIO ATUAL

Prisioneira de uma visão eurocêntrica, a esquerda branca recusou o diálogo com o povo negro e preferiu se apegar aos privilégios reservados aos brancos e ao monopólio de poder e representação nos espaços representativos populares. Insiste, até hoje, em fechar os olhos diante dessa realidade e nada contra a corrente inventando neologismos para "desracializar" os con-

REUNIÃO DE NEGRAS E NEGROS DA DS

A incorporação da análise das mudanças em curso a partir da ótica da população negra organizada em seus movimentos é um dos desafios que a esquerda tem que responder. Compreender a exclusão, no caso do Brasil, exige um olhar capaz de ir além da generalidade da "questão social", desvendando o racismo que perpassa toda a sociedade e desmistificando idéias como "democracia racial" e "embranquecimento". Isso tem que ser feito tanto no senso comum quanto no interior da militância de esquerda.

Foi com essa perspectiva que a tendência Democracia Socialista do PT realizou, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de janeiro de 1998, uma reunião nacional de seus militantes envolvidos no trabalho anti-racistas.

Nesta ocasião, debateram-se os problemas relativos a relação entre a exclusão social e a racial e a importância de superar-se a compreensão, difundida na esquerda, de que as relações de desigualdade têm por base apenas as questões de classe. A

ênfase das discussões foi de apresentarmos e incorporarmos uma outra lógica no tratamento da luta, rompendo com aquela ainda hoje dominante. Esta ruptura não significa dividir as "lutas", mas desvelar contradições e denunciar equívocos no combate por uma sociedade igualitária.

Um ponto de destaque nos debates foi a questão da juventude, tema estratégico ao qual deve ser dado um impulso tal que possibilite o fortalecimento da juventude negra petista. Outros temas que mereceram pontos específicos de discussão foram educação, saúde, mulher negra, religião afro.

A reunião definiu também a importância da esquerda anti-racista, na qual o PT desempenha um papel importante, construir até o ano 2000 uma agenda propondo políticas para o povo negro, articulada com iniciativas para os povos indígenas e demais setores excluídos. Decidiu propor a questão como ponto de pauta da próxima conferência nacional da tendência Democracia Socialista. Escolheu também uma coordenação para o trabalho anti-racista e indicou uma data para a próxima reunião nacional na Bahia, em 1999.

ALMIRA MACIEL, SECRETÁRIA ESTADUAL DE COMBATE AO RACISMO DO PARANÁ.

A OMISSÃO DA ESQUERDA AINDA É UMA BARREIRA IMPORTANTE PARA A AFIRMAÇÃO DO PROJETO RADICAL DE UMA SOCIEDADE MULTIRACIAL, DEMOCRÁTICA E SOCIALISTA NO BRASIL.

SAMUEL VIDA E JORGE MACEDO

flitos existentes no Brasil, como o absurdo conceito de "apartheid social", preferindo fazer discursos genéricos sobre os excluídos e os trabalhadores, deixando de reconhecer que, para além das diferenças de classes, a discriminação racial é a pedra angular da manutenção de uma sociedade hierarquizada, antidemocrática e violenta, e que somente através de um vigoroso projeto anti-racista poderemos promover um processo revolucionário e transformador em nosso país.

A elite branca unificada em torno de FHC, tem buscado interferir ativamente no processo de recomposição identitária dos negros e negras brasileiros, tentando construir uma nova resposta para a manutenção dos privilégios raciais. Para reelaborar o mito da harmonia racial e enfrentar o despertar da consciência racial, efetivam um duplo movimento: por um lado, admitindo a irreversibilidade do fenômeno, acenam para uma percepção de cidadania que reduza a identidade racial a uma referência para o consumo de produtos específicos e alguma visibilidade na mídia; por outro lado, verifica-se uma incorporação mais evidente do simbolismo racial nas campanhas eleitorais, num jogo de aparências e prestidigitação.

Nesta ambientação, o Movimento Negro brasileiro vem conquistando um espaço de articulação política e tem ampliado significativamente sua capacidade de interlocução com amplos setores do povo negro brasileiro. Apesar de parcialmente vitoriosos, não podemos nos dar ao luxo de desprezar a capacidade persuasiva dos poderosos instrumentos disponibilizados pelo poder branco no Brasil.

A possibilidade de emergência do povo negro como sujeito político coletivo no Brasil tem provocado reações de disputa e combate no interior da esquerda, que não se mostra suficientemente comprometida com um projeto radical de sociedade multirracial, democrática e socialista.

No final do século, se desenrolarão capítulos decisivos dessa longa história. O movimento negro brasileiro, há quase 500 anos vem fazendo a sua parte. A atitude omissa da esquerda branca poderá se constituir num novo pacto racial com as elites, que dificultará o avanço na direção das transformações sociais, mas — as lições recentes indicam — não será capaz de impedir a conquista do generoso sonho da igualdade racial no Brasil.

SAMUEL VIDA É ADVOGADO E COORDENADOR DO NÍGER OKÂN E JORGE MACEDO É ECONOMISTA E MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

O REGGAE NASCEU COMO UM DISCURSO UNIVERSAL DE REBELDIA E SUBVERSÃO CONTRA TODA OPRESSÃO. E MANTÉM ESSE CARÁTER, APESAR DAS TENTATIVAS DE DOMESTICAÇÃO.

SAMUEL VIDA

A principal característica da presença negra nas Américas é o uso fecundo da criatividade a serviço da vida. Para driblar a desumanização, o povo negro construiu um rico patrimônio histórico-cultural e político, marcado pelo seu conteúdo humanizador e libertário.

A resistência na diáspora preservou referenciais africanos tradicionais no âmbito da sociabilidade, da religiosidade e da organização social e política, mas teceu novos caminhos para a autopreservação, incorporando técnicas e instrumentais do inimigo branco, para derrotá-lo.

A luta permanente contra a desumanização delimitou um terreno comum para a expressão da negritude; uma "negritude" que frustrou o projeto colonizador da reprodução plena da Europa no "novo" continente. Apesar de não hegemônica, a "civilização negra" conseguiu ter a força necessária para questionar permanentemente a pretensão eurocentrica, garantindo a manutenção de um fértil terreno histórico para construção de alternativas democráticas e libertárias.

Tradição e inovação, preservação e invenção, reverência ao passado e rebeldia criadora se conjugaram dialeticamente, e encontraram nos marcos ancestrais da oralidade os principais veículos para atualizar a vasta experiência coletiva das diáspora.

Sobretudo através da expressão musical, recriou-se uma dinâmica comunicacional determinante para a resistência e a reelaboração da identidade, reconstruindo a negritude a partir de fragmentos dispersos e diferenciados. Unindo poesia social, fundamentos rítmicos e percussivos de imemorial manejo e uma criatividade utilização de instrumentos e equipamentos musicais ocidentais, a cultura negra produziu os principais fenômenos de música popular contemporânea.

FOGO NA BABILÔNIA

Dentre os diversos fenômenos produzidos pela musicalidade negra destaca-se o reggae. Surgido na Jamaica nos anos sessenta, representou a convergência de diversos estilos musicais de origem negra, como os tambores nyahbinghi, cultivados na Jamaica pelos africanos rebeldes nas comunidades maroons, o blues, o rock, o mento e o ska, aliados a um discurso religioso redencionista, uma cosmologia pan-africanista e uma crítica sócio-política radical, produzindo uma música umbilicalmente vinculada aos anseios contemporâneos dos afro-descendentes nas Amé-



REPRODUÇÃO

VIBRAÇÕES POSITIVAS DO REGGAE

ricas e no mundo. No seu berço, o reggae dialogou diretamente com eventos mundiais importantes para os negros, como a independência da Jamaica (1962), o movimento pan-africanista liderado por Marcus Garvey, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e a luta de libertação travada na África.

Neste contexto dinâmico emerge Bob Marley dando os retoques finais que colocam o reggae como o difusor de um discurso universal de rebeldia e subversão contra todo tipo de opressão. Suas músicas retratam questões sociais, políticas e econômicas e reafirmam a responsabilidade popular na construção de soluções para os problemas criados pela "Babilônia", identificada como o sistema capitalista mundial encabeçado pelos Estados Unidos. Propõe tocar "fogo na Babilônia" como condição para a plena emancipação. A rebeldia estética e comportamental do cabelo "dread lock", a crítica ao consumismo capitalista, o uso da maconha como exercício transcendental de liberdade e de recomposição espiritual, a dança desprovida de regras e a firme disposição de mudar o mundo estremecem e incomodam o conservadorismo. Com sua genialidade, Bob Marley conceitua como "escravidão mental" a incapacidade de alguns negros de se libertarem das estruturas brancas de dominação e de uma atitude servil diante dos chefes e líderes brancos. Em 1976, assume publicamente a defesa de idéias socialistas e, em decorrência do apoio a candidaturas de esquerda no processo eleitoral, sofre atentado.

Desde então, as vibrações positivas do reggae conquistaram o mundo e contribuíram para a reconstrução da negritude, através da criação de uma

espécie de "territorialidade cultural" que subverte as referências estáticas, artificiais e subordinantes de geografias nacionais impostas pelos dominantes brancos. A reafirmação da identidade negra se expressa pelos valores estéticos, filosóficos e comportamentais contra-hegemônicos e por uma noção simbólica de "cidadania", vista aqui como uma noção de pertencimento a uma cultura e a um sistema de valores sociais, econômicos e políticos alternativos aos da "Babilônia".

O REGGAE NO BRASIL

No Brasil, a resistência negra também tem a cultura como elemento central de expressão, agregação social e mobilização transformadora. Através do candomblé, capoeira, bumba meu boi, congadas, carnaval, côco, emboлада, calango, baixinho, xote, samba, etc., se afirmou um terreno de musicalidade e poesia social que foi decisivo para reconstruir uma identidade étnico-racial, combinando a herança africana com elementos da cultura ocidental.

A mistificação da democracia racial, consolidada em 1930 para "inventar" a homogeneidade nacional, interrompeu o processo de afirmação do conteúdo racial dessas manifestações e permitiu sua apropriação por extratos não negros, como exemplos da "cultura brasileira". O populismo e a expansão do rádio como meio de comunicação e integração socio-cultural populariza a "música negra" de Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga entre toda a população brasileira e a bossa nova faz com que o samba embranqueça e penetre os espaços elitizados.

Além disso, as manifestações menos penetráveis à assimilação, como o candomblé e a capoeira, são duramente reprimidas. Também é reprimida a auto-organização política, com a dissolução da Frente Negra Brasileira em 1937. Interrompe-se, assim, uma dinâmica de afirmação identitária dos negros que poderia viabilizar uma incorporação à sociedade em condições de igualdade.

Nos anos 70, os negros brasileiros tomam iniciativas para a reconstrução da sua identidade, tendo como estímulo e ponto de partida as lutas de libertação na África, as manifestações musicais negras difundidas pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação e as mobilizações negras nos EUA.

O reggae chega aqui no final dos anos 70, como música marginal, ouvida em guetos, desprezada pela indústria de lazer e, rapidamente, seduz as populações negras da Bahia e do Maranhão, transformando-se num importante veículo de expressão e resistência popular.

REGGAE E NOVA ORDEM

Apesar de experimentar uma generosa acolhida entre as camadas populares, o reggae enfrenta resistências, em decorrência do engajamento político, do estilo, do referencial de autonomia do povo negro, da chamada para mudar o rumo da história de opressão racial e da ameaçadora revolução estético-comportamental difundida. Mesmo a esquerda branca se mantém distante desse "perigoso" movimento sócio-político-cultural, pois percebe o potencial ameaçador para o monopólio de poder e representação que exerce nos espaços representativos populares.

Nos últimos anos, entretanto, a indústria do lazer e setores conservadores da política começaram a tentar esvaziar o potencial crítico-transformador do reggae. Os primeiros, tentando produzir um modismo reggae, que viabilize o sucesso de grupos que fazem um tipo de música pasteurizada, descomprometida com a realidade social e transforme a "cultura reggae" em mais um produto de consumo. Os segundos, percebendo a acolhida que o estilo goza junto aos setores populares, buscam incorporar o simbolismo nas campanhas eleitorais de expressivo contingente negro, num jogo de aparências e prestidigitação.

A atitude engajada de Bob Marley e do reggae superam a ambientação de efervescência política vivida na Jamaica e no restante do mundo na década de 1970, bem como os limites e contingências da religião rastáfari. A musicalidade e a política social do reggae se elevam ao patamar de movimento social emancipatório dos negros em todo o mundo, colocando-os como sujeitos históricos emergentes no desafio atual de pensar e construir uma nova ordem social e econômica para um mundo moldado pela tradição e civilização europeia.

Por isso, o reggae deve ser visto como um potente instrumento no combate à opressão racial, um patrimônio histórico e cultural da humanidade na luta por uma sociedade multicultural, democrática e socialista e mais uma opção polivalente e multifuncional para a comunidade negra e para os anti-racismos de todas as cores. Axé!

SAMUEL VIDA É ADVOGADO E COORDENADOR DO NÍGER ÔKAN.

DA LITERATURA COMO TERAPIA

Para quem nunca leu David Lodge, *Terapia*, obra de 1995 e a primeira a ser publicada no Brasil (São Paulo: Scipione, 1997. 357 pgs. R\$ 29,00), é um bom começo. Neste livro o leitor vai encontrar as características que fizeram de Lodge, nascido em Londres em 1935, um dos mais renomados romancistas ingleses da nossa época. Detentor de numerosos prêmios ao longo de sua carreira, David Lodge mostra nas obras mais recentes o pleno desabrochar da sua veia satírica, através de personagens que se movem habilmente no labirinto do mundo universitário, em constante crise na Inglaterra de Thatcher, mundo que conhece de dentro, e que transfere para a ficção na cidade de Rummidge. Esta, recorrente em quase todos os seus romances, é a gêmea virtual de Birmingham, onde reside até hoje.

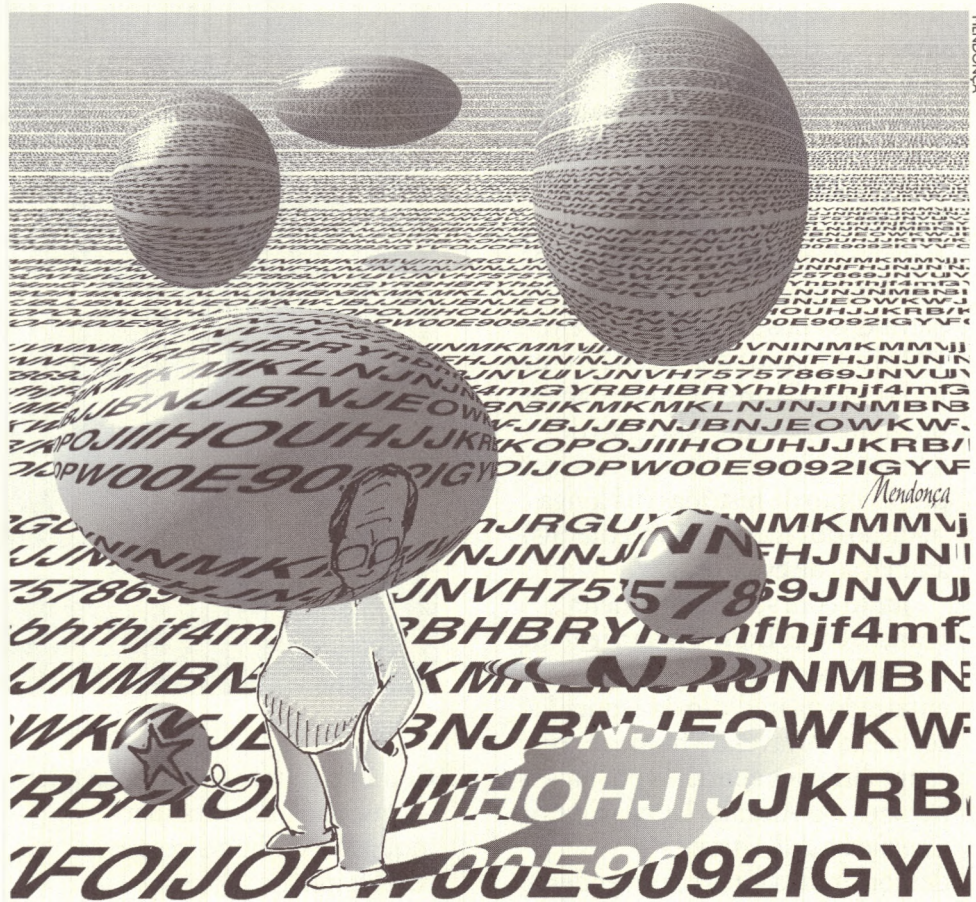
Em *Terapia*, o personagem central escapa ao universo da cultura acadêmica, para cair no mundo da cultura de massas. Trata-se de Laurence Passmore, mais conhecido pelo apelido de Tubby (barrilzinho), redator de um sitcom (comédia em episódios semanais) de sucesso para a televisão, e da súbita crise pessoal que começa a enfrentar, pouco antes dos sessenta anos, tendo como pano de fundo a recessão dos anos John Major.

Ao mal-estar indefinido sucede uma dor aguda no joelho direito, não resolvida pela cirurgia a que se submete, e com a qual passa a conviver, enigmático espinho na carne. Tubby passa por terapias as mais diversas, com resultados que vão de duas horas de alívio a pouco mais, e acaba, pela mania que tem de checar em dicionários e enciclopédias tudo o que não sabe (largou os estudos aos dezesseis anos), travando conhecimento com Kierkegaard. Angústia, ansiedade e Kierkegaard, interpretados, lidos, seguidos por Tubby acabam por levar sua mulher a pedir o divórcio, que ele se recusa a aceitar, raiando por vezes a insanidade.

Enquanto a primeira parte do livro é narrada como um diário, a segunda é escrita do ponto de vista dos outros personagens comentando o que aconteceu a Tubby (treinador de tênis - suposto amante da mulher, suas próprias tentativas de conquistas amorosas, o chefe, a mulher contando como se conheceram...). A variedade e complementaridade desses textos compõem o que antes era um rascunho de alguém atrás de si mesmo. A parte três leva-nos de volta ao diário de Tubby. Na última parte, o personagem, levado pelo aroma de lavanda na sessão de aromaterapia, acaba por dar um verdadeiro mergulho no passado.

As pressões para escrever um novo fim para a série de televisão, o pedido de divórcio, o projeto de fazer um programa sobre Kierkegaard que nenhum produtor acatará, a ameaça de impotência, tudo se conjuga nesse salto para trás, onde o que conta é encontrar a primeira namorada, que mandava cartas perfumadas de lavanda e pontuava os is com bolinhas ao invés de pingos, como na grafia moderna de Kierkegaard, quando os dois são grafados num só a com um ° em cima, ã.

É nesta busca que Laurence Passmore sai enfim da obsessão imprecisa,



e troca-a pela viagem atrás daquela que há mais de trinta e cinco anos não vê, a adolescente cujo peito foi o primeiro que pegou em sua mão, no porão da casa dela, depois dos bailinhos de domingo do clube de jovens, na igreja católica do subúrbio operário de Londres onde ambos moravam. Como num conto de fadas, o herói vai atrás de aventuras, de sabedoria, vai atrás de si mesmo e de seu destino. Mais, vai atrás do perdão. Só assim, espera, poderá reencontrar o sentido da vida.

O que encontra, e como encontra, não chega a ser surpreendente para quem leu outras obras de David Lodge. À medida que avança na sua peregrinação, Tubby escreve cada vez melhor, alcança a simplicidade para dizer o que mais custa, a dor da perda, o encanto do recomeçar, sem que haja promessa alguma. Através da razão, do respeito

pelo outro, não é impossível ultrapassar as dificuldades da vida atual. Através, sobretudo, de um humor muito inglês, capaz de, pelo distanciamento, fazer-nos rir do que nos traga, aparentemente, sem remissão. Some-se a isso a reflexão de Tubby sobre o ato de escrever, e de sua evolução ao longo da obra, a consciência que vai assumindo da alteração da sua escrita, de roteirista a romancista. De enunciador do presente, e no presente, passa à complexidade de contar histórias que estão encerradas. Sem outro recurso senão as palavras.

E aqui acabamos no previsível, quando o narrador consegue realizar a sua viagem, vencendo a indecisão paralisante, pois se qualquer escolha é motivo de arrependimento, não há motivo para a ação, qualquer que seja, e sobra o desmoronar do corpo, primeiro,

TERAPIA, O PRIMEIRO ROMANCE DE DAVID LODGE LANÇADO NO BRASIL E VIDA E ARTE, MEMÓRIAS DE LÉLIA ABRAMO SÃO BOAS OPÇÕES DE LEITURA.

MARIA LEONOR LOUREIRO

e do mundo em volta, em seguida. Concluímos nos dois planos, no da ação propriamente dita, da busca física, e no da busca espiritual, cujo meio é a escrita. Os dois se entrelaçam, e acabam por apontar para a repetição, no sentido kierkegaardiano, de um lado, "restauração do que parece estar perdido", e de outro, "habilidade de se aproveitar o que se tem". Mas não apontam só para a repetição, nem só para a lição do filósofo, que poderia ser "considerado o padroeiro dos neuróticos". O que o dinamarquês não fazia, e que Lodge realiza com muita propriedade, é levar pelo caminho do riso o leitor às voltas com sua própria terapia, sem o abandonar quando a coisa complica. Ou seja, ao encerrar-se a peregrinação psicanalítica, descobre-se que tudo estava suposto, de antemão, como num jogo em que as peças se encaixam sucessivamente umas dentro das outras, todavia só o realizar o percurso permitiu superar os impasses, desfazer os nós, e abrir perspectivas de recomeço sobre novas bases. Previsivelmente, muito dialético, meu caro Lodge!

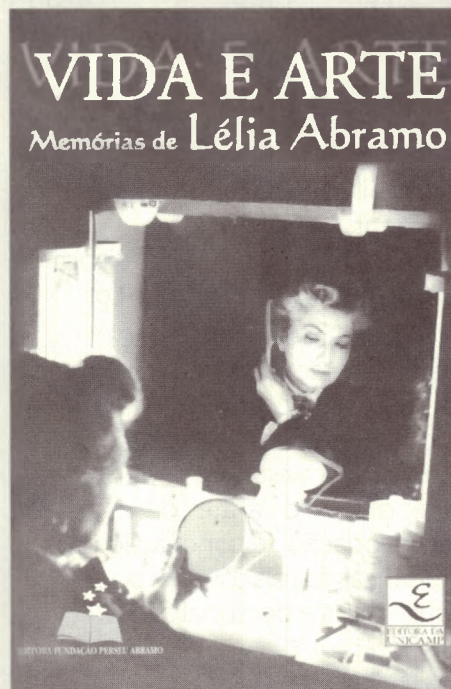
MARIA LEONOR LOUREIRO É ARQUITETA E PROFESSORA NA ALIANÇA FRANCESA DE CURITIBA.

A HISTÓRIA DE UMA BELA VIDA

As memórias de Lélia Abramo atraem o leitor desde logo pela franqueza e o tom direto. Sem enfeites nem rodeios, ela conta uma história de vida que ficará, certamente, como inspiração e exemplo. Tudo nesse livro é interessante, a começar pela descrição de sua família, desses Abramo originais, combativos e fiéis ao socialismo, que marcaram o nosso tempo pelo teor de sua consciência política, mas também pela sua contribuição às artes plásticas, à ciência, ao jornalismo, ao teatro.

Formada num ambiente familiar culto, Lélia Abramo aprendeu desde cedo a participar com denodo e inteligência, desde a militância no Sindicato dos Comerciantes, no decênio de 1930, até a luta no Partido dos Trabalhadores, a partir de 1980. De permeio, quanto movimento, quanto risco e quanta dedicação às boas causas! Inclusive a vivência trágica da guerra, a surpreendeu na Itália, onde viveu nada menos de doze anos, e que pôs à prova a sua capacidade de sobreviver no seio de um cotidiano trágico, tecido à sombra da morte.

De volta ao Brasil, surge nela a atriz que se tornou das mais eminentes do nosso teatro, numa curiosa vocação tardia de que não há muitos exemplos. E



então o leitor avalia como a sua fidelidade aos princípios políticos a prejudicou, mas não a fez jamais recuar ou renunciar à luta. Assim foi quando militou no Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões (Sated), do qual foi presidente e que constituiu um nú-

cleo de resistência à ditadura militar. Combativa opositora a esta, Lélia Abramo enfrentou a censura, sofreu o boicote profissional e viu a sua carreira prejudicada pelas conseqüências da sua firmeza.

Note-se que essa vida cheia e difícil é narrada com edificante singeleza, sem a menor sombra de vaidade, sem laivos de auto-louvação, com um amor à verdade que conforta e causa admiração ao leitor, sempre tomado pelo calor discreto mas atuante dessas páginas. O texto de Lélia Abramo tem a força da sinceridade e o encanto da parcimônia. Ao contrário dos que usam a autobiografia para enfeitar o próprio retrato, ela parece despreocupada com o "efeito", porque se orienta pelo desejo de temunhar, embora sinta naturalmente que sua experiência pode servir para esclarecer muitos aspectos do nosso tempo. E de fato esclarece, deixando a impressão de uma socialista convicta que é capaz de conciliar a sua realização com o serviço coletivo.

Antonio Candido, professor aposentado da USP e membro do Conselho Editorial da Fundação Perseu Abramo. Esta resenha foi publicada originalmente no *Linha Direta* nº 342.

UM REVOLUCIONÁRIO RECEBE O NOBEL

O escritor português José Saramago disse, certamente não por ter deixado de ganhar mais uma vez o prêmio, que o Nobel de literatura é tão importante porque dá cerca de um milhão de dólares para o seu vencedor. Caso o valor fosse menor, digamos quinze mil dólares, sua repercussão internacional seria muitíssimo menor. No entanto, é evidente que grandes escritores já foram premiados, assim como ilustres desconhecidos. Para um brasileiro comum, acertar - mesmo no chute - o nome de um dos jurados do Nobel é algo seguramente bastante difícil. Isto significa que grosso modo avalizamos um prêmio sem saber quais são as "autoridades" que o outorgam, e por quais motivos o fazem. Supomos que critérios não literários entrem em jogo, o que talvez não seja sequer criticável. Criticável é não conhecer estes critérios e mesmo assim nos rendermos ao veredicto do júri, e depois ao novo unguido das letras mundiais. Além disso, como admitir sem certa hesitação, ou franca reticência, uma competição entre artistas? Com que autoridade determina-se que uma obra é melhor do que outra? *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (Saramago) é melhor ou pior do que *Morte e vida Severina* (João Cabral)? O romance *Concerto no fim do inverno* (Kadaré) é melhor escrito do que a peça *Morte acidental de um anarquista* (Dario Fo)?

Feita esta digressão, temos que reconhecer a imensa surpresa que

representou a recente premiação, com o Nobel de literatura, do italiano Dario Fo. Este autêntico "homem de teatro" não apenas tem uma importante produção de textos dramáticos, como também dirige, atua, faz cenários e teoriza sobre o teatro. Mas antes dele ninguém com este perfil recebeu tal distinção, Pirandello - que era um escritor evidentemente mais "comportado" - é no máximo uma meia exceção. A partir dos anos 50 (ele nasceu em 1926) a atividade teatral de Fo cruza várias áreas da arte popular: cabaré, programas de rádio, sketches de televisão, espetáculos musicais, agit-prop, conto de histórias (na longa tradição dos menestres medievais), animação de eventos.

Junto com sua companheira Franca Rame, Dario Fo tem feito um teatro de contestação política, enraizado na tradição da esquerda socialista. Através do humor e da sátira dirigidos contra os poderosos, herança das *Atelanas* latinas e da *Commedia dell'Arte*, eles demonstram a força surpreendente do teatro popular e engajado, que rejeita o conformismo e não abdica diante das tarefas de transformação social. Seu teatro é cívico e lúdico, fórmula que os coloca muitos passos à frente do didatismo enfadonho e proselitista de algumas experiências dos anos 60, e muitíssimo na frente do inosso teatro que nunca sai de cima do muro. Tanta energia e criatividade acabaram, inclusive, incomodando o antigo Partido



MAX ERNST, MY FRIEND PIERROT, 1973/1974

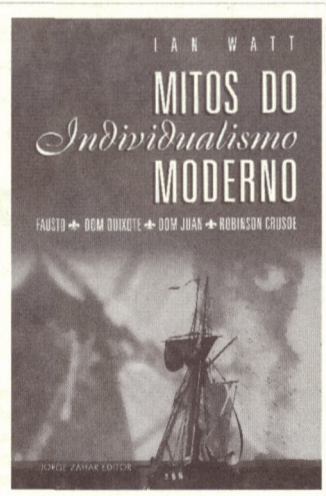
Comunista Italiano, que não tolerou - o que não é de estranhar - as inquietações dionisiacas e revolucionárias do casal.

Fo e Rame inventaram um teatro rápido, capaz de intervir em situações políticas precisas: uma greve, uma manifestação de rua, uma eleição. Em todas estas circunstâncias um texto aberto, cenários e figurinos simples e muito humor são acionados para ajudar os trabalhadores nas suas lutas. Fo escreveu também diversos textos especialmente para Franca Rame - que nasceu numa família de artistas e

interpretou seu primeiro papel com oito dias, nos braços da mãe! -, nestes textos são debatidas questões sobre a opressão de gênero.

A insolência e o vigor constestatório de Dario Fo não são habituais nas premiações do Nobel. Nós devemos, então, comemorar este fato, torcendo para que mais e mais pessoas passem a conhecer esta obra generosa construída durante quatro décadas de rebeldia, inteligência e bom humor.

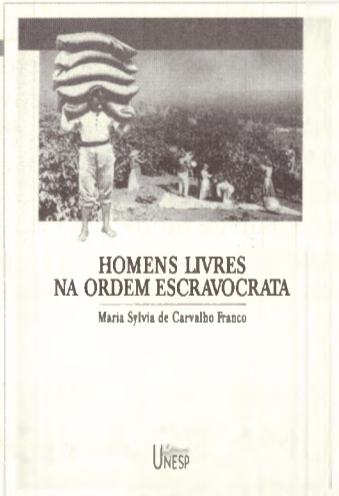
Fernando Kinas, diretor e pesquisador teatral



Mitos do individualismo

Ian Watt. Mitos do individualismo moderno. Fausto, Dom Quixote, Dom Juan e Robinson Crusoe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 316 p.

A erudita obra de Watt, crítico literário marxista inglês, examina como a relação entre indivíduo e comunidade condena Fausto, Dom Quixote e Dom Juan nas visões renascentistas destes mitos. Robinson Crusoe, já no século XVIII, representa a afirmação do individualismo, agora visto como um valor positivo. O romantismo reinterpreta todos os mitos de uma perspectiva favorável ao individualismo em sua rebelião contra a tradição e a comunidade.



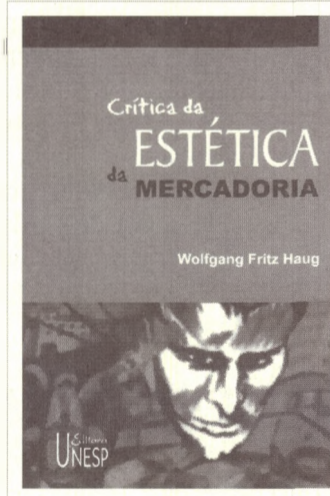
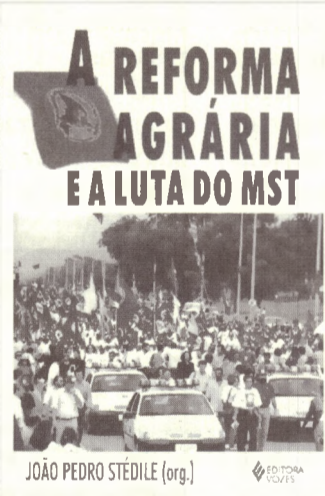
O peso da escravidão

Maria Sylvia de Carvalho Franco. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. R\$ 22,00. 254 p.

Relançamento da clássica interpretação das raízes históricas da sociedade brasileira, que analisa o lugar dos brancos pobres no mundo escravista. A modernização sempre teve o caráter de "acomodação" e conciliação das mudanças às relações de poder autoritárias e personalizadas.

Teorizando sobre o MST

João Pedro Stédile (org.) A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997. R\$ 16,00. 318 p.

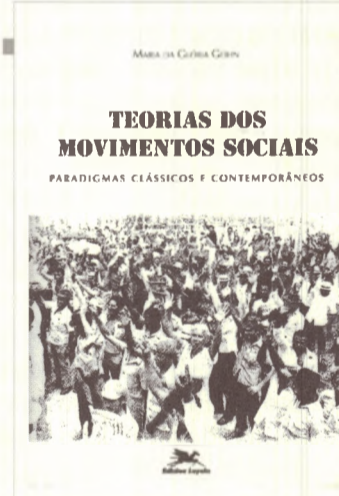


18 ensaios apresentados por João Pedro Stédile, abarcando os mais distintos aspectos da organização, luta e perspectivas do MST. Entre os autores dos textos estão José de Souza Martins, Sergio Leite, Maria Conceição D'Incao, Frei Betto, James Petras, Hamilton Pereira e o próprio João Pedro. No final uma bibliografia comentada sobre o MST. Um livro importante.

Movimentos sociais pela universidade

Maria da Glória Gohn. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. R\$ 22,00.

Um panorama exaustivo de como a universidade compreende teoricamente os movimentos sociais, resumindo tanto as concepções úteis como as inúteis.



Uma parte final busca interpretar sua evolução no Brasil. Um livro útil caso se consiga ultrapassar o pedantismo acadêmico.

A sedução do consumo

Wolfgang Fritz Haug. Crítica da estética da mercadoria. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. R\$22,00. 210 p.

O animador da revista marxista alemã *Das Argument* debate as consequências do fetichismo da mercadoria e da ação da indústria cultural para a constituição da estética contemporânea, a estética da mercadoria.

Fragments da sociologia

Leila da Costa Ferreira (org.).

NAVALHA NA CARNE: O CINEMA DÁ DOIS PASSOS ATRÁS

Neville D'Almeida, diretor de *Navalha na carne*, faz parte de um grupo que - junto com Júlio Bressane (premiado recentemente por *Miramar*, no Festival de Brasília) - costuma se considerar a vanguarda do cinema brasileiro.

Pois esta "vanguarda" agiu aqui como caranguejo, nos oferecendo um filme muito aquém do atual estágio do nosso cinema, algo próximo aos anos pobres das décadas de 70/80.

A fotografia é ruim, a câmara monótona, a iluminação, e o som... bem, pode até ser *dolby*, ter uma captação razoável, mas estes fatores são NADA frente à pronúncia de Jorge Perrugoria (que faz o personagem Vado). Em todas as sequências com Vado os diálogos são incompreensíveis. Não são poucas as vezes que se tem vontade de clamar por legendas ou perguntar à vítima do lado, "o que ele disse?". Quem assistiu o ator nas produções cubanas *Morango e chocolate* e *Guantamamera*, ambas de J. G. Alea, não o reconhece como *aquele* intérprete versátil. Perrugoria está deslocado no papel do malandro-carioca-cafetão-malvado. Vera Fischer (a prostituta Neusa Sueli), está mais à vontade no papel de sempre (o número de closes no seu rosto chorando só é superado pelos closes dos seus seios).

É importante para nossa cultura o resgate de autores como Plínio Marcos, mas estas adaptações só têm sentido se forem para enriquecer o texto original com a nova linguagem. O filme *Navalha na carne* em tudo é inferior à peça teatral. Neville D'Almeida voltou ao início do século, quando o cinema era "teatro filmado". Não utilizou praticamente nenhum dos recursos disponíveis da linguagem, planos de câmara, efeitos, montagens paralelas, NADA. E quando procura "ousar", tomando "ares de Fellini" (fê cristã, imagens oníricas de Neusa Sueli), é superficial, mera tentativa de causar impacto visual (bonecas que choram sangue!).

O único aspecto positivo poderia ser o texto de Plínio Marcos, mas este está ininteligível, naufragando em diálogos sem ritmo, estereotipados, imagens manjadas (Cristo Redentor, gafeira, Copacabana, Lapa, Carlinhos de Jesus). O público já viu, vezes sem conta, esta prostituta, este cafetão, este homossexual, esta violência, o misto teatro/cinema/novela (a cena final ao som de Maria Bethania!).

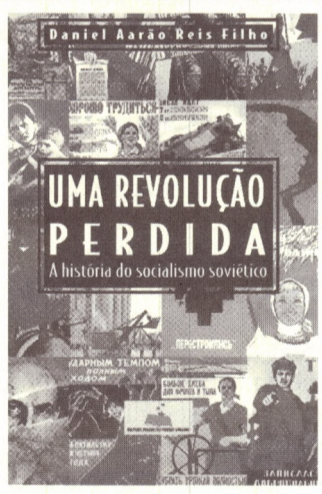
Para quem gosta de prato requentado... ele está cheio.

Luciana Rodrigues



DYNACOLOR

LIVROS & FILMES & EVENTOS



A sociologia no horizonte do século XXI. São Paulo: Boitempo, 1997. R\$ 22,00. 140 p.

Coletânea de textos de um seminário da Unicamp. Entre os autores Leandro Konder (tratando da utopia), J. Martinez Alier (ecologia), Ricardo Antunes, Wolfgang Leo Maar e Ulrich Munckberger (trabalho).

Fundação Perseu Abramo

A Fundação iniciou suas atividades editoriais com o livro de memórias de Lélia Abramo (pág. 12), a republicação das entrevistas da Teoria & Debate, *Rememória. Entrevistas sobre o Brasil do século XX* e *Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético*, de Daniel Aarão Reis Filho.

Zero à esquerda

Este é o nome da nova coleção lançada pela editora Vozes e editada pelos animadores da revista *praga* José Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa. O conselho editorial inclui também Otília Fiori Arantes, Roberto Schwarz, Modesto Carone, Fernando Haddad, Maria Elisa Cevasco, Ismail Xavier e José Luís Fiori.

Seus volumes vêm com uma capa vermelha padronizada, em papel cartão, a coleção tem por lema uma frase de Brecht: "De nada serve partir das coisas boas de sempre, mas sim das coisas novas e ruins". O que não significa que as obras que inauguram a série sejam ruins, pelo contrário.

Os cinco primeiros livros da *Zero à esquerda* lançados são: *Os moedeiros falsos*, de José Luis Fiori (R\$ 19,00); *Os últimos combates*, com ensaios de Robert Kurz (R\$ 31,00); *As ilusões do desenvolvimento*, com ensaios de Giovanni Arrighi (R\$ 31,00); a coletânea *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, organizada por Maria Conceição Tavares e José Luis Fiori (R\$ 34,00); e um pequeno livro do próprio José Eduardo Arantes, o *Dicionário de bolso do Almanaque Philosophico Zero à Esquerda*. Primeira edição, ano III da era FHC (R\$7,00).

Manifesto Comunista



Entre dezembro de 1847 e fevereiro de 1848 Marx e Engels redigiram, por delegação do Congresso da Liga dos Comunistas, o *Manifesto Comunista*. A primeira edição do texto, com uma tiragem de mil exemplares, foi publicada ainda em fevereiro.

Os cento e cinquenta anos da publicação do *Manifesto* estão sendo objeto de debate e comemoração em todo o mundo. Aqui no Brasil as atividades a serem realizadas em abril e maio estão sendo coordenadas por um espaço localizado na CUT, o *Espaço Marx - CUT Nacional*. Em reuniões realizadas nos dias 8/12/97, 12/1/98 e 14/2/98, foram debatidos os preparativos das atividades a serem realizadas entre 28 e 30 de abril. Planejam-se, para estas datas, debates e palestras com conferencistas nacionais e internacionais em diferentes localidades sobre os temas do *Manifesto*, do marxismo, da análise do capitalismo e da luta socialista hoje. Na tarde do dia 2 de maio será realizado um grande ato no teatro Tuca, na PUC-SP.

Já foi escolhida uma logomarca para estas atividades, definido o levantamento de fundo, programada uma nova edição do *Manifesto*.

A comissão coordenadora destas atividades, escolhida nas reuniões passadas, é composta por Tiago (RJ), Erson Martins de Oliveira (PUC-SP), Lúcio Flávio (PUC-SP), Madalena (Apropuc), Osvaldo Coggiola (USP), Carmem Moraes (USP), Edmundo Dias (Unicamp), Sebastião Neto (CUT) e Valter Pomar (PT).

O endereço do *Espaço Marx - CUT Nacional* é:
R. Caetano Pinto, 575 - 1º andar - Brás - 03041-000 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 242-9411 r. 248 c/ Rosana Miyashiro (das 10 às 13 horas)
Fax: (011) 270- 1091
Email: refletir@sol.com.br

EM TEMPO FEVEREIRO 1998

15

O ABANDONO DO INTERNACIONALISMO DESARMA A ESQUERDA PARA ENFRENTAR UMA BURGUESIA CADA VEZ MAIS GLOBALIZADA.

J. LUIZ MARQUES

A

maior derrota que o capitalismo impôs ao movimento operário-popular, nas últimas duas décadas, se deu no plano internacional. Com a afirmação de centros mundiais de poder por fora dos Estados nacionais (a exemplo do FMI, do Banco Mundial e da OMC), as correntes políticas pró-capitalistas apropriaram-se da bandeira do internacionalismo, em benefício do grande capital. O internacionalismo, que sempre foi uma aspiração acalentada pela esquerda, trocou de mãos e passou a despertar um sentimento reativo até entre antigos marxistas.

A disseminação dos valores do neoliberalismo globalitário contribuiu para alimentar, no interior do arco-íris socialista, uma desconfiança em relação à tentativa de se retomar um enfoque internacionalista sobre os desafios desse fim de século. As privatizações em curso do patrimônio público, contrárias aos interesses estratégicos dos países por diminuírem a possibilidade de intervenção dos governos, reforçaram o ceticismo em vários setores. Como se a esquerda devesse abdicar de todo e qualquer internacionalismo, exceto nos dias de festa. Em termos ideológicos e políticos, o que parece bom senso numa situação de defensiva é uma rendição que desarma as forças sociais anti-sistêmica para o enfrentamento com a burguesia.

Quando os capitalistas do mundo inteiro se unem, como nunca antes na história, prega-se para o pobretariado de cada nação o "salve-se quem puder!" Sob essa perspectiva, o que então as lideranças locais dos assalariados e dos excluídos têm para fazer diante de uma reunião do G7? Não muito, apesar deste influir decisivamente nas políticas que serão depois adotadas para o conjunto dos povos... Pior, sem propostas que articulem as demandas nacionais à gestão mundial da economia, a esquerda se condena à absurda negação de suas próprias práticas na realidade. No limite, corre o risco de perder a memória e a identidade.

REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA / REVOLUÇÃO NACIONAL

Não se trata de minimizar a importância da "guerra de posições" de caráter nacionalista em defesa da soberania do Brasil. Isto é, contra os mimetismos culturais e a favor de um desenvolvimento econômico vocacionado para as demandas da maioria da população brasileira. E argumentos não faltam.

Eles são motivos suficientes para concluir que: "A extrema adversidade do momento histórico revela que não há atalho



DAVID HATCH. COMBUSTÍVEL PARA O FOCO. INSTALAÇÃO

A DIALÉTICA ATUAL DO INTERNACIONALISMO

para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e a urgência do problema inadiável. As forças políticas comprometidas com o futuro da nação devem transformar a revolução democrática - a erradicação do apartheid social - e a revolução nacional - a desarticulação da dependência econômica e cultural - nas duas principais prioridades da agenda política da nação" (Plínio de Arruda Sampaio Jr. *Em Tempo*, outubro de 1997). Difícil contestar a pertinência da reflexão aqui sintetizada.

CEPAL / TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Há que se recusar, porém, os acenos para um retorno às teses da Cepal (Prebisch, Furtado...) e às "teorias da dependência" (Marini, Frank, etc). As primeiras propugnavam a "substituição de importações" e uma proteção às indústrias, através da ação reguladora do Estado. As segundas duvidavam que fosse possível alcançar o desenvolvimento dos países pobres em um contexto de dependência econômica e geopolítica. Consideravam que a substituição das importações era demasiado tímida; o ideal seria se "desconectar" da economia-mundo capitalista. No fundo, inspiravam-se no "modelo comunista".

No plano intelectual e jornalístico, o conceito de "novos países industrializados" estimulou alguns na direção de soluções intermediárias nos marcos do sistema existente, apostando no jeitinho para che-

gar a um "desenvolvimento dependente", qual FHC nos anos 70. A recessão mundial, aliada ao esgotamento guevarista, sepultou as esperanças nos atalhos para transformar o *status quo*.

E o vento levou. Pena que, hoje, traga de volta nos discursos dos setores da esquerda que julgam viável uma inserção "com soberania nacional" na ordem capitalista neoliberal. E, isso, justo num período de incomparável internacionalização da economia. Não se confunda essa atitude conciliadora com o internacionalismo de classe, esgrimido no *Manifesto* de 1848. Os meios a afastam dos fins. Já os benefícios que tal realpolitik poderia auferir, aproveitando as brechas da divisão do mundo em dois blocos, não possuem atualmente espaço de manobra que autorize ilusões reformistas, acomodadoras. Não obstante, por razões que vão da convicção subjetiva ao oportunismo mediático, muitos insistem ainda no método da acomodação sem questionar sua base de sustentação. O paradoxo é o seguinte: alertam para mudanças na organização do capitalismo contemporâneo, mas jamais mudam de estratégia.

NACIONAL / INTERNACIONAL

Não resta escolha, portanto. Há que se promover uma profunda "ruptura com a condição de dependência externa", assinada corretamente Plínio de Arruda Sampaio Jr. Mas paralelamente a um elenco de res-

postas para efetivar uma revolução democrática e nacional, não basta retomar ou readequar as proposições "cepalinas" ou "dependentistas". Se diversas questões levantadas ontem permanecem programaticamente em voga na esquerda revolucionária, outras apontam para uma dialética nacional/internacional. Aliás, presente na Revolução Russa. Uma revolução para por fim à "política nacional" que servia principalmente aos desígnios das potências ocidentais. O que no passado recente evocava uma utopia abstrata, inclusive, ganhou agora materialidade nos fatos.

A indiscutível existência semi-institucionalizada dos centros mundiais de poder, constituídos à margem da figura clássica do Estado-nação, torna a exigência da dimensão internacionalista das lutas populares bem mais concreta e menos doutrinária. Os zapatistas compreenderam a moderna dinâmica de mundialização.

Ao opor a humanidade ao neoliberalismo, os companheiros do subcomandante Marcos evidenciaram a dimensão internacionalista do levante de Chiapas. Embora a forma insurrecional que adotaram não possa e não deva ser universalizada, a preocupação em resgatar o internacionalismo pobretário, digamos com auto-ironia, pode e deve ser cultivada pelos partidos e movimentos sociais anti-sistêmicos. Causas limitadas por fronteiras, a um passo da xenofobia, se isolariam. Careceriam da solidariedade que já derrotou as forças armadas dos Estados Unidos no Vietnam.

CLASSES DOMINANTES / CAMPO DOMINANTE

Devemos associar a luta contra a nova dependência e pelo desenvolvimento à denúncia dos cinco monopólios da lei do valor mundializados: sobre a tecnologia, sobre os meios de informação e comunicação, sobre as instituições financeiras mundiais, sobre o acesso aos recursos naturais do planeta e sobre os armamentos de destruição massiva (Samir Amin. *Les défis de la mondialisation*, 1996).

Expresso diferente, implica em combinar o combate às classes dominantes com a desconstrução do campo dominante onde aquelas deliberam a perpetuação da opressão e da exploração em escala supranacional, entre champagnes e caviars. Sem permitir que o capital internacional se apresente feito o proprietário incontestável de avanços tecnológicos que pertencem à humanidade como um todo. Seria menosprezar o trabalho. E a ética socialista, para quem nada do que é humano é estranho.

O fundamental é manter uma interlocução solidária com as nações e os povos que sofram idêntico bloqueio no exercício de sua soberania, evitando o nacionalismo obscurantista. O internacionalismo não é um problema intelectual, mas parte integrante da complexidade que envolver a práxis política real. Mostrar que desejamos um (outro) processo de mundialização, que atenda os anseios de qualificação da vida dos indivíduos e de democratização sócio-econômica da democracia política, é alçar o enfrentamento a um patamar que desmascara os verdadeiros centros decisórios dos regimes pretensamente democráticos, neste estágio organizacional do capitalismo.



J. LUIZ MARQUES É PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DA UFRGS.

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS